TEIA DA SOCIOBIODIVERSIDADE

Investimentos estruturantes na base da sociobioeconomia brasileira



fundo casa
SOCIOAMBIENTAL

Carta da direção

FAZER O RECURSO CHEGAR A QUEM FAZ A SOCIOBIOECONOMIA ACONTECER

Este estudo conta uma história que, para nós do Fundo Casa Socioambiental, é ao mesmo tempo concreta e profundamente política: quando recursos chegam diretamente às organizações dos territórios, eles fortalecem economias que já existem, ampliam a autonomia e criam condições para que comunidades transformem suas próprias realidades.

A Teia da Sociobiodiversidade nos permitiu demonstrar isso em uma escala inédita para nossa organização. Em apenas duas chamadas, foram R$ 40 milhões em apoio direto a 405 iniciativas, espalhadas por todas as regiões e biomas brasileiros. Milhões de reais sendo desembolsados e aterrissando, praticamente ao mesmo tempo, em comunidades indígenas, quilombolas, de agricultores e agricultoras familiares, extrativistas, pescadores e pescadoras artesanais e tantas outras comunidades tradicionais.

A escala é um importante indicador por demonstrar que é possível levar grandes volumes de recursos aos territórios por meio de apoios diretos, descentralizados e territorialmente diversos. A Teia é uma amostra concreta do que os fundos que conhecem os territórios, suas organizações e suas redes podem fazer: criar mecanismos de democratização do acesso ao financiamento.

Há recursos significativos sendo mobilizados hoje para clima, biodiversidade e sociobioeconomia. Mas uma questão continua sendo decisiva: quanto desse recurso efetivamente chega às mãos das organizações comunitárias que protegem os territórios, manejam a biodiversidade e fazem a economia local acontecer? O retrato apresentado neste estudo ajuda a responder por que essa pergunta é tão importante.

A sociobioeconomia brasileira não está esperando para ser criada. Ela já existe: produz e conserva, gera renda, alimenta comunidades e movimenta mercados locais. São associações, cooperativas e coletivos que cultivam alimentos agroecológicos, manejam produtos da floresta e das águas, beneficiam frutos nativos e produzem artesanato, mel, pescado, óleos e sementes.

Outras recuperam áreas, mantêm sistemas agroflorestais e desenvolvem turismo de base comunitária. Nessas economias, produzir e recuperar o solo e os ecossistemas não são ações separadas, o que aproxima muitas dessas práticas do que hoje se chama agricultura regenerativa. São economias profundamente vinculadas à biodiversidade, à cultura, aos conhecimentos tradicionais e ao bem viver das comunidades.

Muitas dessas organizações também já fazem negócios. Já vendem em feiras e circuitos locais e acessam mercados institucionais por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). O estudo mostra que 63,2% dos projetos apoiados já acessam esses programas e que, entre aqueles que ainda não acessam, 90,5% pretendem fazê-lo. Isso revela algo fundamental: não estamos falando apenas de potencial econômico, mas de uma base socioprodutiva real, organizada e em movimento. É justamente aí que o financiamento direto pode produzir uma mudança estrutural.

Muitas vezes, o que impede uma associação de produzir mais, agregar valor, cumprir um contrato, acessar uma compra pública ou chegar a novos mercados não é a ausência de conhecimento, de produto ou de organização comunitária. O que falta são condições concretas: uma cozinha comunitária adequada, equipamentos para beneficiamento, armazenamento, transporte, regularização sanitária, assistência técnica, capital de giro, gestão ou infraestrutura produtiva. São investimentos relativamente objetivos, mas capazes de destravar processos econômicos inteiros.

Por isso, o apoio direto não deve ser entendido como um recurso pequeno para uma iniciativa pequena. Ele é investimento estruturante na base da economia dos territórios. Ao fortalecer centenas de associações simultaneamente, fortalecemos uma infraestrutura econômica comunitária distribuída pelo país, uma infraestrutura que produz renda, alimento, conservação, autonomia e permanência digna nos territórios.

E a demanda é muito maior do que aquilo que conseguimos apoiar. As duas chamadas da Teia receberam 3.860 propostas e selecionamos 405. Aproximadamente uma em cada dez pôde receber recursos. As milhares de propostas que ficaram de fora revelam que o desafio não é encontrar iniciativas ou organizações capazes de fazer. Elas já existem, estão mobilizadas e sabem o que precisam. O desafio é fazer o financiamento chegar na escala necessária. Essa talvez seja uma das mensagens políticas mais importantes deste estudo.

Precisamos ampliar o volume de recursos destinados à sociobioeconomia, mas precisamos também discutir a arquitetura pela qual esses recursos chegam aos territórios. Grandes compromissos financeiros só se transformam em mudança concreta quando encontram mecanismos capazes de descentralizar recursos, alcançar organizações diversas, respeitar seus tempos e suas formas de decisão e financiar aquilo que elas próprias identificam como prioridade. Fundos socio-ambientais e de filantropia para justiça social enraizados nos territórios podem cumprir um papel estratégico nessa arquitetura.

Podem e já estão funcionando como pontes entre grandes volumes de financiamento e uma enorme diversidade de organizações comunitárias que dificilmente seriam alcançadas, uma a uma, pelos mecanismos financeiros convencionais.

A experiência da Teia mostra que isso é possível. Mostra também que financiar diretamente essas organizações significa reconhecer que Povos Indígenas, comunidades quilombolas e tradicionais, agricultores familiares, extrativistas e comunidades das águas e das florestas não devem ser tratados como meros beneficiários de políticas de conservação ou desenvolvimento. São sujeitos econômicos, produtores de soluções e protagonistas de uma sociobioeconomia brasileira que já existe. Se queremos uma nova economia capaz de conservar biodiversidade, enfrentar a crise climática, produzir alimentos, gerar renda e manter valor nos territórios, precisamos financiar quem já realiza esse trabalho todos os dias.

O recurso precisa chegar onde a transformação acontece: nos territórios e nas mãos de quem os sustenta.



CRISTINA ORPHÊO

Diretora-Executiva
Fundo Casa Socioambiental

Sumário

QUEM FAZ O FUNDO CASA 06

01 **Introdução** 07

02 **Contexto da sociobioeconomia no Brasil** 09

03 **Metodologia** 14

04 **Teia da Sociobiodiversidade: um retrato das economias de povos e comunidades tradicionais no Brasil** 15

1. Escala, demanda e alcance territorial do portfólio
2. Organizações comunitárias e enraizamento territorial
3. Economias fortalecidas pela Teia: práticas da sociobiodiversidade
4. Como o apoio direto busca estruturar economias em curso

05 **Principais mensagens que a Teia revela sobre a sociobioeconomia comunitária** 73

06 **Implicações para o financiamento da sociobioeconomia comunitária** 75

Quem faz o Fundo Casa

EQUIPE FUNDO CASA SOCIOAMBIENTAL

Diretora-Executiva: Cristina Orphêo
Diretora de Estratégias Globais na Filantropia: Maria Amalia Souza.
Coordenadora de Finanças: Taila Wengrzynek.
Coordenador de Operações Institucionais: Rodrigo Moreira.
Coordenador de Comunicação: Attilio Zolin.
Equipe de Administração e Finanças: Aline Müller; Bianca Paes Mello Landim; Eliane Ribeiro; Janice Mello; Leandra Pereira; Luciano Machado.
Equipe Programática: Amanda Souza; Angelo Ricardo Sousa Chaves; Antônio José de Paula Barroso Neto; Arthur Jesus; Beatriz Roseiro; Claudia Gibeli; Giovana Dominicci; Helen Maria Oliveira Silva; Inimá Krenak; Isabela Moraes; Juliane Somariva Machado; Ketlyn Santos; Letícia Umbelina; Lucas Freitas; Maíra Krenak; Matheus Monteiro; Melissa Fernandes; Murilo César Figueredo Virginelli; Regilon Matos; Rodrigo Montaldi; Thiarles dos Santos; Vanessa Ourique Purper.
Equipe de Comunicação: Denise Farias; Desiree Giusti; Lucas Duarte Matos; Nataly Queiroz.
Gestor de Tecnologia: Helder Soares.
Estagiário: Pedro Soares.

CONSELHO DELIBERATIVO

Presidenta: Selma dos Santos Dealdina Mbaye.
Vice-presidenta: Laura Yawanawa.
Integrantes do Conselho: Brent Millikan; Edmilson Carlos Pereira de Abreu Pinheiro; Elionice Conceição Sacramento; Esaltina Gonçalves Costa; Gisele Paulino Reis de Oliveira; Iremar Antonio Ferreira; Mércia Consolação Silva.

EXPEDIENTE

Coordenação editorial: Attilio Zolin e Cristina Orphêo.
Projeto gráfico: Motora Design
Revisão: CLIMÁTICA, Rubens Born, Cristina Orphêo, Claudia Gibeli, Maria Amalia Souza.
Tradução: CLIMÁTICA.
Textos: Priscilla Santos, Rayana Burgos e Geovanna Mariosa (CLIMÁTICA).

1. Introdução

A Teia da Sociobiodiversidade é uma iniciativa do Fundo Casa Socioambiental em parceria com o Fundo Socioambiental CAIXA (FSA CAIXA), voltada para apoiar projetos que unem a conservação ambiental, a regeneração dos biomas e a geração de renda em comunidades locais e tradicionais de todo o Brasil.

Criada em 2024 e inspirada na ideia de que o *amanhã se tece coletivamente*[1], a Teia nasce do acúmulo de quase duas décadas de escuta, apoio e parceria do Fundo Casa com lideranças tradicionais, comunitárias e organizações locais. A iniciativa busca apoiar diretamente organizações comunitárias e coletivos locais que já desenvolvem iniciativas de geração de renda, segurança alimentar, conservação da biodiversidade e fortalecimento territorial.

A Teia reúne duas trajetórias voltadas ao fortalecimento de iniciativas socioambientais de base comunitária. De um lado, o Fundo Casa, que entre 2005 e 2025 realizou mais de 4,8 mil apoios e destinou aproximadamente US$ 45,6 milhões diretamente a iniciativas de associações indígenas, quilombolas, de pescadoras/es artesanais, agricultoras/es familiares e outras organizações da sociedade civil no Brasil[2]. Do outro, o FSA CAIXA, criado em 2010 e parceiro do Fundo Casa desde 2014, que é constituído por até 2% do lucro líquido ajustado da Caixa Econômica Federal e apoia ações socioambientais promotoras da cidadania e do desenvolvimento sustentável, com atenção prioritária às populações de baixa renda[3].

Estruturada em duas chamadas públicas de projetos, a **Teia da Sociobiodiversidade** já destinou entre 2024 e 2025 **R$ 40 milhões (aproximadamente US$ 7,82 milhões)[4] em apoio direto a 405 projetos**, com recursos de até **R$ 100 mil por iniciativa[5]**, contemplando experiências no âmbito rural e nas cidades, em todos os biomas e regiões do Brasil. É o **maior apoio financeiro já realizado pelo FSA CAIXA e o maior recurso não reembolsável já recebido na história do Fundo Casa Socioambiental.**

A Teia torna visível uma sociobioeconomia comunitária que já está em curso nos territórios, mas ainda pouco reconhecida nos debates sobre bioeconomia, clima, biodiversidade e desenvolvimento territorial.

[1] O nome "Teia da Sociobiodiversidade" surgiu a partir de um poema "Tecendo a manhã" do poeta João Cabral de Melo Neto. Teia da Sociobiodiversidade, Fundo Casa Socioambiental, 2024.

[2] Fonte: elaboração própria, com base nos dados apresentados no Relatório Anual 2025 do Fundo Casa Socioambiental.

[3] Site oficial da Teia da Sociobiodiversidade, Fundo Casa Socioambiental, 2026.

[4] Conversão com base na média da PTAX de venda do Banco Central do Brasil entre fevereiro e julho de 2026: R$ 5,1157 por US$ 1.

[5] Site oficial da Teia da Sociobiodiversidade, Fundo Casa Socioambiental, 2026.

Este relatório busca analisar estrategicamente o portfólio apoiado, identificando quem protagoniza as iniciativas, onde elas se localizam, que economias fortalecem, como o apoio direto é utilizado e que conexões estabelecem entre produção, conservação, segurança alimentar e modos de vida.

As próximas seções desenvolvem a análise em quatro partes. A primeira situa a Teia no contexto brasileiro da sociobioeconomia, analisando como a Teia se relaciona com diferentes marcos e políticas públicas; a seguinte apresenta um retrato do portfólio apoiado — sua dimensão, presença territorial, perfil das organizações e práticas econômicas; a terceira reúne as mensagens estratégicas; e a última aponta implicações para o fortalecimento da sociobioeconomia comunitária no Brasil.



Foto: Elder Miranda Jr.

Elizete Moreira dos Santos Rosa compartilha conhecimentos sobre plantas medicinais do Cerrado. Projeto: Kalungas na Teia da Sociobiodiversidade | Organização: Associação Kalunga Comunitária do Engenho II (AKCE) |Território: Comunidade Engenho II, Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga, Cavalcante (GO).

2. Contexto da sociobioeconomia no Brasil

DA BIOECONOMIA À SOCIOBIOECONOMIA

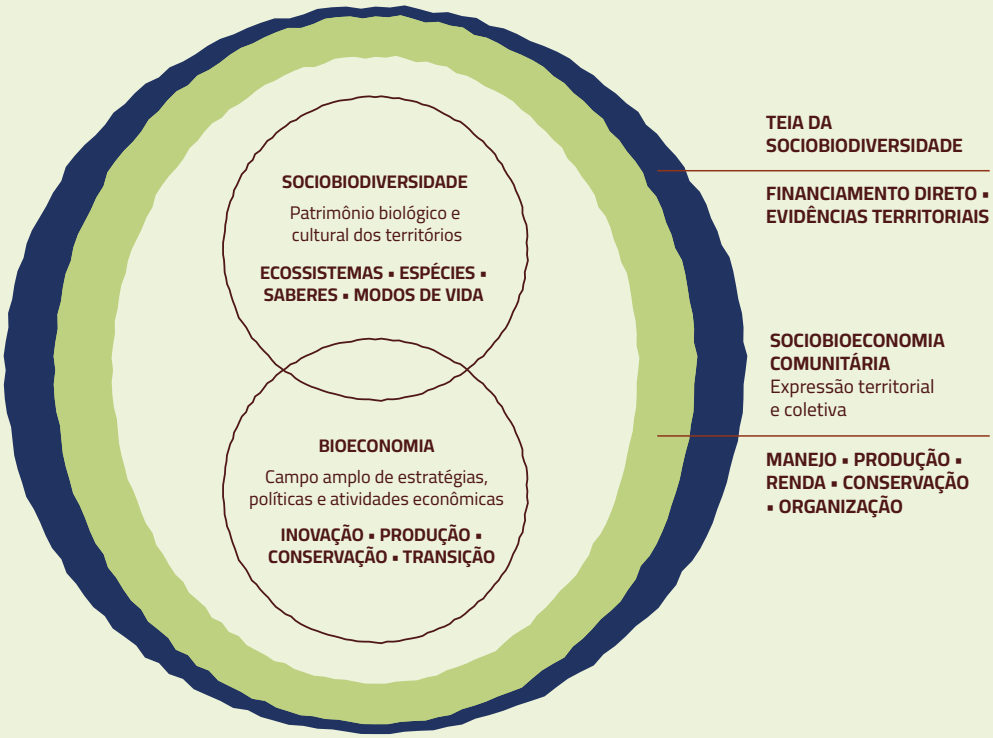
A Teia da Sociobiodiversidade se insere em um momento de **crescente institucionalização da agenda de bioeconomia** no Brasil. Nos últimos anos, o tema passou a ocupar lugar mais central nas políticas públicas federais, nas agendas de financiamento e nos debates técnicos, em **diálogo com conservação da biodiversidade, adaptação climática, segurança alimentar e geração de renda**. Esse movimento amplia o reconhecimento de que parte das respostas aos desafios econômicos, climáticos e territoriais do país já vem sendo construída, nos territórios, por organizações comunitárias, Povos Indígenas, comunidades tradicionais, comunidades quilombolas e agricultoras/es familiares.

Esse campo comporta concepções distintas[6]. De um lado, há abordagens associadas à inovação tecnológica, à indústria, à biomassa e à descarbonização de setores econômicos. De outro, ganham força leituras que aproximam a bioeconomia dos territórios, dos modos de vida, dos conhecimentos tradicionais e das formas próprias de organização social dos povos e comunidades que historicamente conservam e manejam a biodiversidade. **Para o Fundo Casa, a sociobioeconomia assume uma leitura territorial e comunitária da economia da biodiversidade.**

A Teia segue uma abordagem a partir da **relação entre biodiversidade, cultura, território e economia**. Embora dialogue com a agenda mais ampla da bioeconomia, sua contribuição ancora-se na **valorização da sociobiodiversidade e no fortalecimento de práticas comunitárias que articulam produção, manejo, conservação, renda e organização territorial**. O apoio não visa somente fortalecer arranjos produtivos das cadeias de valor da sociobiodiversidade, mas o fortalecimento de economias territoriais que articulam renda, segurança alimentar, conservação da biodiversidade, autonomia comunitária e valorização dos saberes locais.

[6] *A bioeconomia é um conceito amplo, fluido e em formação, com diferentes visões e usos. Estudos da iniciativa Amazônia 2030 adotam a classificação entre visões de biotecnologia, biorrecursos e bioecologia para organizar narrativas, estratégias, marcos regulatórios e estruturas de governança da bioeconomia no Brasil. Ver: LOPES, Cristina Leme e CHIAVARI, Joana, Bioeconomia na Amazônia: Análise Conceitual, Regulatória e Institucional, CPI/PUC-Rio e Amazônia 2030, 2022; LOPES, Cristina Leme; COLERTO; Ana Flávia; CHIAVARI, Joana, Bioeconomia no Novo Governo Lula: Avanços Regulatórios e Institucionais, CPI/PUC-Rio e Amazônia 2030, 2024.*

Figura 1: Campo de atuação da Teia da Sociobiodiversidade



As iniciativas apoiadas pela Teia expressam o que se pode chamar de **sociobioeconomias comunitárias** - um modelo de desenvolvimento baseado no uso sustentável da biodiversidade, que promove inclusão social e geração de renda para Povos Indígenas, comunidades tradicionais e agricultoras/es familiares.

Essas economias não podem ser lidas apenas como um conjunto de projetos produtivos ou ambientais, porque se assenta na **sociobiodiversidade** — o **reconhecimento de que diversidade biológica e diversidade sociocultural são inseparáveis**[7]. São Povos Indígenas, comunidades tradicionais, agricultoras/es familiares, pescadoras/es artesanais e organizações comunitárias que conservam e manejam a biodiversidade por meio de conhecimentos, práticas e modos de vida construídos ao longo de gerações.

UMA AGENDA POLÍTICA EM ADENSAMENTO

Nos últimos anos, o país construiu uma arquitetura institucional mais densa para a sociobioeconomia. A **Estratégia Nacional de Bioeconomia** (2024) deslocou o tema para além de uma agenda industrial ou de substituição de matérias-primas fósseis ao incorporar os conceitos de **justiça, inclusão, conhecimentos tradicionais e conservação da biodiversidade**[8], e ao abrir sua governança — por meio da **Comissão Nacional de Bioeconomia (CNBio)** — à participação de Povos Indígenas, comunidades tradicionais e agricultoras/es familiares[9].

[7] Para a Teia, economias da sociobiodiversidade são baseadas na diversidade, no conhecimento tradicional e na inovação, nos sistemas socioprodutivos locais e nos produtos e serviços gerados a partir de recursos da biodiversidade, conectados aos modos de vida de povos e comunidades tradicionais, à valorização das suas práticas e saberes, e à melhoria na qualidade de vida e bem viver das comunidades em seus territórios e maretórios. Esse conceito é o formalmente adotado pelos membros do Observatório da Sociobioeconomia.

[8] Instituída pelo Decreto nº 12.044, de 5 de junho de 2024.

[9] Instituída pela Portaria Interministerial MMA/MDIC/MF nº 10, de 23 de outubro de 2024.

*Em torno dela, foram lançados o **Plano Nacional de Desenvolvimento da Bioeconomia** (PNDBio)[10], em 2026, e um conjunto de instrumentos, que passaram a tratar a sociobioeconomia como objeto próprio de política pública - do **Programa Nacional de Sociobioeconomia** (Prospera Sociobio)[11] ao **Programa Nacional de Fortalecimento da Sociobiodiversidade** (Pró-Sociobio)[12] e ao **Programa de Valorização da Sociobiodiversidade e do Extrativismo** (Sociobio Mais)[13], voltados a reconhecer os modos de vida das comunidades, estruturar cadeias produtivas e sustentar a viabilidade econômica de produtos da sociobiodiversidade.*

Esse adensamento atualiza uma trajetória de políticas voltadas à agricultura familiar, ao extrativismo e à segurança alimentar, e se apoia em uma base de direitos territoriais expressa em marcos regulatórios como a **Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais** (PNPCT)[14], a **Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas** (PNGATI)[15] e a **Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental Quilombola** (PNGTAQ)[16]. Em conjunto, esses instrumentos apontam para um mesmo movimento: reconhecer a necessidade de estruturar cadeias, fortalecer mercados e tratar a conservação da biodiversidade como base econômica para povos e comunidades. Portanto, reforçam que **uma economia comunitária forte não pode existir sem territórios protegidos, governança local e reconhecimento dos modos de vida.**

INSTRUMENTOS PÚBLICOS E ACESSO TERRITORIAL

O conjunto de leis e políticas traduz-se em instrumentos concretos que funcionam como **infraestrutura econômica da sociobioeconomia comunitária**. O **crédito rural**, por meio do **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar** (Pronaf)[17], dispõe de linhas com condições especiais para povos e comunidades tradicionais e para produtos da sociobiodiversidade. As **compras públicas** - o **Programa de Aquisição de Alimentos** (PAA)[18] e o **Programa Nacional de Alimentação Escolar** (PNAE)[19] - asseguram canais estáveis de comercialização e conectam produção comunitária a renda local, alimentação e circulação nos próprios territórios. A ampliação do percentual mínimo de compras da agricultura familiar no PNAE, de 30% para 45%[20], reforça esse canal como via de estruturação econômica e acesso a mercados. A garantia de preços mínimos complementa esse arranjo ao sustentar a viabilidade de produtos extrativistas.

[10] Lançado em 1º de abril de 2026, no âmbito da Estratégia Nacional de Bioeconomia (Decreto nº 12.044/2024).

[11] Instituído pela Portaria GM/MMA nº 1.508, de 12 de novembro de 2025.

[12] Instituído pela Portaria MDA nº 10, de 2 de junho de 2025.

[13] Instituído pelo Decreto nº 12.539, de 30 de junho de 2025.

[14] Instituída pelo Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007.

[15] Instituída pelo Decreto nº 7.747, de 5 de junho de 2012.

[16] Instituída pelo Decreto nº 11.786, de 20 de novembro de 2023.

[17] Instituído pelo Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996.

[18] Criado pela Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, e reinstituído pela Lei nº 14.628, de 20 de julho de 2023.

[19] Instituído pela Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009.

[20] Percentual estabelecido pela Lei nº 15.226, de 30 de setembro de 2025, que alterou a Lei nº 11.947/2009, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2026.

O ponto decisivo é que **esses instrumentos só cumprem sua função quando encontram organizações capazes de acessá-los**. E o acesso ao crédito, às compras públicas e aos mercados institucionais depende de um conjunto de capacidades concretas: documentação e regularização, adequação sanitária, logística e transporte, beneficiamento, gestão, capital de giro, assistência técnica e escala. Logo, estes programas pensados para incluir podem, na prática, funcionar como entrave quando não se ajustam às condições das situações reais que caracterizam associações e comunidades dos territórios. As exigências sanitárias concebidas para contextos urbano-industriais podem dificultar a comercialização de produtos tradicionais quando não consideram a escala, os modos de produção e as condições das organizações comunitárias[21].

[21] Sobre os gargalos de acesso a crédito e o papel da assistência técnica de proximidade, ver MORETTI, Fernando et al. Acesso ao crédito rural (Pronaf): estratégias para a sociobioeconomia na Amazônia. In: BENSUSAN, Nurit (org.). Florescendo nas brechas: territórios tradicionais e economias da sociobiodiversidade. Brasília: Editora Mil Folhas do IEB, 2025, p. 119-131.



A distância entre a política existente e a organização que precisa acessá-la é o que dá sentido ao financiamento direto.

Ele não substitui as políticas públicas, mas atua no intervalo entre elas e as organizações comunitárias e, em muitos casos, segundo relatos dos próprios apoiados, chega a territórios e demandas onde essas políticas não se fazem presentes, fortalecendo as capacidades que tornam o acesso possível. Nas seções seguintes, a análise do portfólio da Teia mostra a escala desse intervalo: a demanda territorial é ampla, mas a capacidade de apoio disponível ainda é limitada.

Figura 2: Marcos que embasam a sociobioeconomia no Brasil

1	**ESTRATÉGIA E PLANOS DE BIOECONOMIA**	Estratégia Nacional de Bioeconomia ▪ 2024 Plano de Desenvolvimento da Bioeconomia - PNDBIO ▪ 2026 Comissão Nacional de Bioeconomia (CNBIO)
2	**PROGRAMAS DE SOCIOBIOECONOMIA**	Prospera sociobio - programa nacional Pró-Sociobio - fortalecimento da sociobiodiversidade Sociobio mais - extrativismo
3	**DIREITOS TERRITORIAIS**	PNPCT - comunidades tradicionais PNGATI - terras indígenas PNGTAQ - territórios quilombolas
4	**INSTRUMENTOS ECONÔMICOS**	Pronaf – crédito rural PAA e PNAE - compras públicas PGPM-BIO - garantia de preços mínimos

A TEIA COMO EXPERIÊNCIA TERRITORIAL DE APRENDIZAGEM

Enquanto boa parte do debate nacional se concentra nas condições necessárias para estruturar o campo — infraestrutura, logística, assistência técnica, crédito, dados e comercialização — a Teia permite observar o que já está sendo construído pelas próprias organizações comunitárias quando acessam recursos diretamente e definem suas prioridades. **O financiamento direto, flexível e adaptado ao contexto de cada território fortalece as capacidades que faltam às organizações para acessar as políticas existentes:** governança comunitária, organização produtiva, gestão, beneficiamento, comercialização e articulação em rede.

A contribuição da Teia é dupla. De um lado, **fortalece iniciativas que produzem, manejam, conservam e agregam valor à sociobiodiversidade**. De outro, a partir das prioridades formuladas pelas próprias organizações, permite identificar o que precisa ser fortalecido para que essa agenda gere mais benefícios aos territórios. Além de repassar recursos, **gera aprendizados estratégicos, capazes de qualificar políticas públicas, programas de financiamento, ações filantrópicas e instrumentos de mercado** para que sejam mais aderentes às necessidades, aos tempos e às formas de organização dos territórios.

Figura 3: Contribuições estratégicas da Teia



A partir desse contexto, a análise do portfólio permite observar como a sociobioeconomia comunitária se expressa nas iniciativas apoiadas pela Teia. As próximas seções apresentam sua dimensão, seus sujeitos, seus territórios e as economias fortalecidas pelas duas linhas de apoio: Negócios da Sociobiodiversidade e Soluções Baseadas na Natureza.

3. Metodologia

Este relatório analisa o portfólio da Teia da Sociobiodiversidade com o objetivo de compreender quem são as organizações apoiadas, onde atuam, que práticas desenvolvem e que capacidades buscam fortalecer por meio do apoio direto. A análise não avalia resultados finais, mas identifica padrões, tendências, lacunas e prioridades declaradas pelas organizações apoiadas.

Os insumos analíticos partem da base consolidada de duas chamadas públicas da Teia (2024 e 2025)[22], composta por 405 projetos apoiados. Essa base de dados reúne respostas fornecidas pelas próprias organizações apoiadas em um formulário respondido no início de cada projeto. A partir desse material, foram combinadas análises qualitativas e quantitativas, baseadas em frequências, percentuais e cruzamentos entre variáveis, voltadas à identificação de práticas, cadeias de valor e produtos da sociobioeconomia, estruturas, gargalos e recorrências temáticas. As tipologias, campos de prática e agrupamentos apresentados ao longo do relatório devem ser lidos como formas de organizar tendências do portfólio, e não como classificações exaustivas ou mutuamente exclusivas.

Assim, o relatório apresenta uma leitura estruturada do portfólio da Teia, orientada por critérios de sistematização, checagem e validação analítica. Os resultados permitem observar a presença territorial da iniciativa, os perfis socioprodutivos envolvidos, as práticas econômicas em curso e os desafios de estruturação declarados pelas organizações.

[22] As duas chamadas ocorreram em ciclos distintos: a primeira recebeu propostas entre outubro e dezembro de 2024 e a segunda entre novembro e dezembro de 2025. Ambas tiveram o mesmo enfoque, com as duas linhas de apoio (Negócios da Sociobiodiversidade e Soluções Baseadas na Natureza), os mesmos eixos, o mesmo teto por projeto e a segurança alimentar como dimensão transversal. As diferenças foram apenas operacionais, como o calendário e a não elegibilidade, na segunda chamada, de projetos já apoiados na primeira, sem alteração de escopo. Fonte: editais das Chamadas Públicas da Teia da Sociobiodiversidade (Fundo Casa Socioambiental, 2024 e 2025).

4. Teia da Sociobiodiversidade:

um retrato da sociobioeconomia comunitária no Brasil

Os projetos da Teia se organizam em duas linhas de apoio: **Negócios da Sociobiodiversidade** (NSB) e **Soluções Baseadas na Natureza** (SbN)[23]. A seguir, são apresentadas as definições, os potenciais transformadores e alguns exemplos de iniciativas associadas a cada linha.

Negócios da Sociobiodiversidade compreendem **atividades econômicas que valorizam as diversidades biológica e cultural** de regiões específicas, promovendo o **uso sustentável dos recursos naturais** e o **bem-estar das comunidades** locais. Seu potencial transformador pode ser observado através de aspectos como:

- União entre conhecimentos tradicionais e práticas inovadoras;
- Criação de alternativas de renda para populações que vivem em biomas com grande riqueza natural;
- Fortalecimento das cadeias produtivas locais;
- Conservação ambiental;
- Promoção da sustentabilidade econômica, social e ambiental;
- Respeito e preservação das identidades culturais das comunidades.

No portfólio, essa linha associa-se a **práticas produtivas, cadeias de valor locais, beneficiamento, comercialização e acesso a mercados**. Exemplos incluem iniciativas de turismo de base comunitária, produção de biojoiais e artesanato, manejo de produtos da floresta, negócios comunitários, agroecologia e pesca artesanal.

[23] Definições das linhas de apoio adaptadas do site oficial da Teia da Sociobiodiversidade (Fundo Casa Socioambiental, 2026).

Figuras 4 e 5: Exemplos de Negócios da Sociobiodiversidade[24]



Foto: Thiago Foresti
Figura: Produção e beneficiamento de frutos.



Foto: Araquém Alcântara
Figura: Pesca artesanal.

Soluções Baseadas na Natureza compreendem soluções que proporcionam **benefícios sociais, econômicos e ambientais a partir da própria natureza.** Seu potencial transformador pode ser observado em iniciativas relacionadas a:

- Proteção e manejo sustentável da biodiversidade;
- Restauração de ecossistemas naturais e modificados;
- Desenvolvimento de propostas efetivas e adaptativas para os desafios do clima;
- Promoção do bem-estar humano e de benefícios para os biomas.

[24] Fonte das imagens desta seção: acervo do Fundo Casa Socioambiental, disponível no site oficial da Teia da Sociobiodiversidade (2026).

No portfólio, essa linha associa-se principalmente a iniciativas de **manejo, restauração, conservação, recuperação de ecossistemas, segurança alimentar e cuidado territorial**. Entre os exemplos de atividades apoiadas estão a restauração e conservação de ecossistemas, o tratamento de águas residuais com sistemas naturais, os jardins de chuva e parques urbanos, a apicultura sustentável, a gestão de resíduos sólidos e as hortas comunitárias.

Figuras 6 e 7: Exemplos de Soluções Baseadas na Natureza



Foto: Ruslan Sikunov
Figura: Apicultura e meliponicultura.



Foto: Adobe Stock
Figura: Jardins de chuva para o manejo das águas.

Os tópicos a seguir apresentam um retrato analítico do portfólio, destacando a escala do apoio da Teia da Sociobiodiversidade, quem são as organizações apoiadas, onde atuam, que economias buscam fortalecer e como o apoio direto é mobilizado. Como muitos projetos ainda estão em curso, a análise não mede impactos consolidados. Em vez disso, identifica características, tendências e formas de atuação que ajudam a compreender como a sociobioeconomia comunitária se expressa nos territórios.

4.1 Escala, demanda e alcance territorial do portfólio

ESCALA DA CHAMADA E DEMANDA POR FINANCIAMENTO DIRETO

A Teia da Sociobiodiversidade foi estruturada em duas chamadas públicas[25] que, juntas, formam o maior portfólio de apoio direto à sociobioeconomia comunitária já realizado pelo Fundo Casa Socioambiental. A imagem a seguir detalha o número de apoios e os valores investidos.

Figura 8: Panorama consolidado das duas chamadas de projetos da Teia da Sociobiodiversidade

3.860
PROPOSTAS RECEBIDAS NAS DUAS CHAMADAS

ATÉ R$ 100 MIL
POR PROJETO, EM FINANCIAMENTO DIRETO

27
UNIDADES DA FEDERAÇÃO CONTEMPLADAS

R$ 40 MI
EM APOIO DIRETO ÀS COMUNIDADES

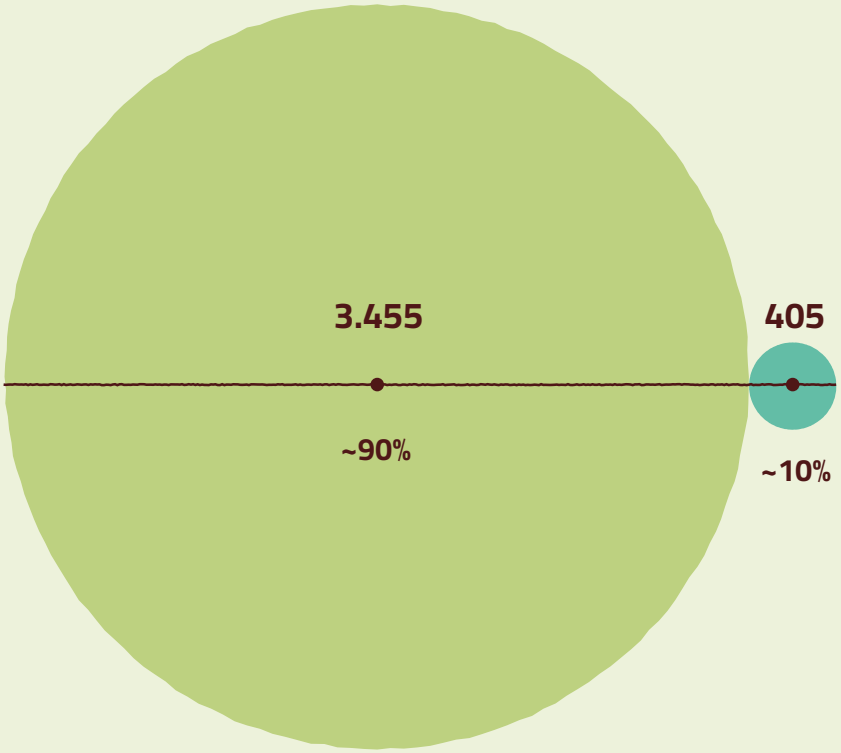
405
PROJETOS APOIADOS EM TODO O BRASIL

316
MUNICÍPIOS COM PROJETOS APOIADOS

[25] A estrutura em duas chamadas públicas já fazia parte do desenho inicial da Teia da Sociobiodiversidade, selecionada no âmbito de chamamento da CAIXA voltado ao fomento de projetos baseados em negócios da bioeconomia. As chamadas mantiveram as linhas Negócios da Sociobiodiversidade e Soluções Baseadas na Natureza, organizadas em eixos temáticos voltados à estruturação produtiva, agroecologia, beneficiamento, comercialização, conservação da biodiversidade, adaptação climática, restauração e manejo sustentável. Fontes: Fundo Casa Socioambiental, Chamada 1 da Teia da Sociobiodiversidade, 2024. Chamada 2 da Teia da Sociobiodiversidade, 2025.

A primeira chamada pública, lançada em 2024, durante a 16ª Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica (COP 16), recebeu 2.048 propostas e selecionou 202 projetos; a segunda, lançada em 2025 durante a 30ª Conferência das Partes (COP 30), recebeu 1.812 propostas e selecionou 203 iniciativas. Ao todo, as duas chamadas reuniram 3.860 propostas. **Isso significa que aproximadamente uma em cada dez propostas pôde ser apoiada.**

Figura 9: A demanda territorial por financiamento supera a capacidade de apoio



A distância entre o volume de apoio solicitado e a capacidade efetiva de financiamento revela um dado estratégico: **o Fundo Casa consegue chegar diretamente a organizações e iniciativas comunitárias que já estão mobilizadas nos territórios, mas os recursos disponíveis ainda são insuficientes diante da escala da demanda existente**. As mais de 3.400 propostas não contempladas indicam um campo muito mais amplo de iniciativas com projetos formulados, capacidade de mobilização e necessidade concreta de financiamento direto. Esse dado sugere que a ampliação de recursos permitiria alcançar um número ainda maior de organizações comunitárias nos territórios.

COMPOSIÇÃO DO PORTFÓLIO POR LINHA DE APOIO

O enquadramento em cada linha de apoio - Negócios da Sociobiodiversidade (NSB) e Soluções Baseadas na Natureza (SbN) - foi declarado pelas próprias organizações no momento da proposta. Os NSB concentram a maior parte das iniciativas: 323 projetos (79,8% do total). As SbN respondem pelos 82 projetos restantes (20,2% do portfólio). Essa proporção confirma o peso dos negócios e das cadeias produtivas da sociobiodiversidade entre as organizações que acessam a Teia.

Na prática, muitos projetos classificados como Negócios da Sociobiodiversidade são, ao mesmo tempo, Soluções baseadas na Natureza — e vice-versa. O negócio depende de um ecossistema em funcionamento, e uma coisa sustenta a outra. Mais do que categorias estanques, as duas linhas descrevem ênfases dentro de uma mesma economia, que combina produção e comercialização com manejo, restauração, conservação, segurança alimentar e cuidado coletivo com os ecossistemas. As linhas funcionam, portanto, como uma forma de organizar as propostas no momento da submissão, e não como uma definição rígida do que cada projeto é ou faz.

Gráfico 1: Projetos por linha de apoio (%)



ALCANCE TERRITORIAL E CAPILARIDADE MUNICIPAL

O alcance territorial da Teia abrange as **27 unidades federativas do país**, sendo os 26 estados e o Distrito Federal. A distribuição regional aponta **maior concentração no Nordeste**, que reúne 40,5% do portfólio (164 projetos), **e no Norte**, com 26,2% (106 projetos), seguidos pelo Sudeste, com 15,8% (64 projetos), pelo Sul, com 9,1% (37 projetos), e pelo Centro-Oeste, com 8,4% (34 projetos). Nessa configuração, a Teia alcança regiões marcadas pela diversidade de povos e comunidades tradicionais, agricultura familiar e iniciativas territoriais. O mapa evidencia a ocorrência majoritária de projetos nas regiões Nordeste e Norte, que, juntas, reúnem 66,7% do portfólio, ao mesmo tempo em que demonstra a presença em todo o território nacional.

Mapa 1: Distribuição dos projetos da Teia da Sociobiodiversidade por região

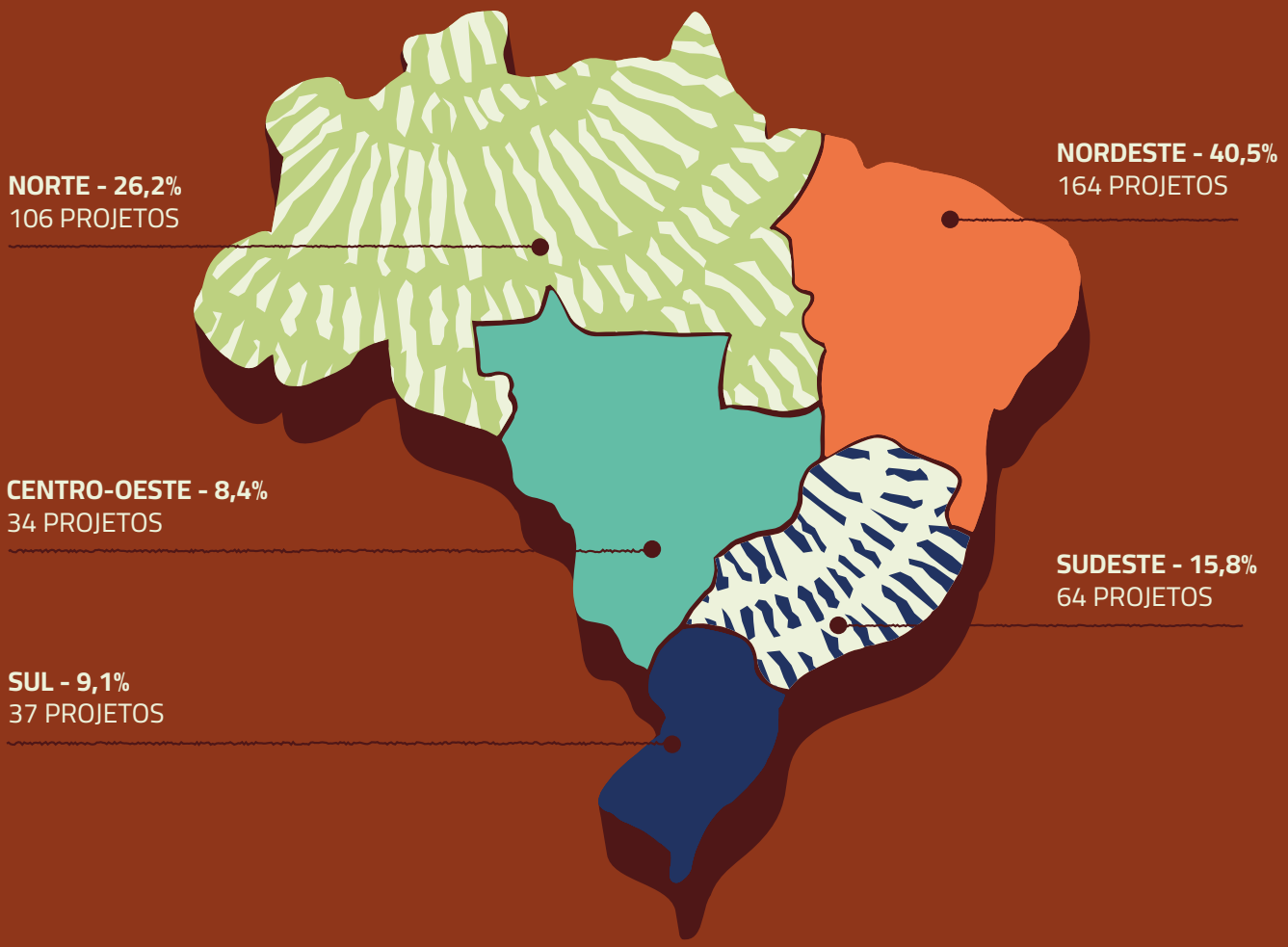




Foto: Elder Miranda Jr.

Projeto: Agrofloresta Marajoara: sustentabilidade e inovação agroflorestal em Salvaterra | Organização: Cooperativa dos Agricultores e Agricultoras Familiares de Salvaterra (CAFAS) | Território: Comunidade de Condeixa, Salvaterra, Ilha do Marajó (PA)

No recorte estadual, **Bahia, Pará** e **Maranhão** aparecem como os principais polos de concentração do portfólio: somados, os três estados reúnem 127 projetos, equivalentes a 31,3% do total. Embora concentrem parte relevante dos apoios, esses três estados apresentam perfis socioterritoriais distintos.

- A **Bahia** reúne o maior número de iniciativas da Teia, com 14,1% do portfólio nacional (57 projetos), distribuídas por 46 municípios. Em 8 municípios há incidência de mais de um projeto: o município de Campo Formoso lidera, com 4 projetos, seguido por Prado, com 3 projetos. No recorte por bioma, o portfólio baiano concentra-se principalmente na **Caatinga, com 49,1% dos projetos no estado** (28 projetos), e na **Mata Atlântica, com 36,8%** (21 projetos). A autoidentificação das organizações mostra **presença equilibrada de agricultoras/es e de organizações quilombolas/comunidades afrodescendentes**, ambos com 33,3% (19 projetos cada).

- O **Pará** reúne 9,6% do portfólio nacional da Teia (39 projetos) e alcança 24 municípios. A presença é mais recorrente no município de Gurupá, com 5 projetos, seguido por Portel e Santarém, com 4 projetos cada, e Belém, com 3; ao todo, 7 municípios têm mais de uma iniciativa apoiada. Na autoidentificação das organizações, destacam-se **agricultoras/es, com 43,6%** (17 projetos), seguidos por **extrativistas, com 15,4%** (6 projetos).

ESTUDO DE CASO 1

DA AGRICULTURA REGENERATIVA À ALIMENTAÇÃO: VALOR QUE PERMANECE NO TERRITÓRIO

Projeto: Agrofloresta Marajoara: sustentabilidade e inovação agroflorestal em Salvaterra

Organização apoiada: Cooperativa dos Agricultores e Agricultoras Familiares de Salvaterra (CAFAS)

Território: Comunidade de Condeixa (PA)

Bioma: Amazônia

Na Ilha do Marajó, a agricultura familiar convive com degradação do solo, perda de biodiversidade, limitações de infraestrutura e efeitos crescentes das mudanças climáticas, como secas prolongadas e alterações no regime de chuvas. Em uma paisagem marcada pela predominância da monocultura do abacaxi, a CAFAS buscou fortalecer um modelo produtivo mais diversificado, capaz de combinar recuperação ambiental, geração de renda e fornecimento de matéria-prima para sua própria agroindústria.

> *Com apoio da **Teia**, a cooperativa implantou **três hectares de sistemas agroflorestais (SAFs) em áreas anteriormente degradadas**, com **1.800 mudas** de espécies frutíferas, florestais nativas e pioneiras.*

O projeto também apoiou equipamentos — um microtrator com implementos e roçadeiras —, a instalação de um poço para irrigação e atividades de formação e manejo. A área passou a funcionar como espaço demonstrativo, permitindo que as famílias cooperadas conheçam na prática a viabilidade dos SAFs e possam incorporar essas soluções em suas próprias áreas produtivas. Foram diretamente capacitados **26 agricultores, dos quais 15 mulheres**. A área implantada também passou a funcionar como espaço de aprendizagem prática, com oficinas, cursos, rodas de conversa e atividades coletivas de manejo.



Foto: Elder Miranda Jr.

Isabel da Silva Janaú, liderança da CAFAS.



Foto: Elder Miranda Jr.

> *"O apoio do Fundo Casa foi essencial para iniciar e estruturar o Sistema Agroflorestal Marajoara (...). O apoio também fortaleceu a segurança hídrica com a implantação do poço na área do projeto, reduzindo perdas e garantindo irrigação em períodos de estiagem, um desafio crescente na região devido às mudanças climáticas. (...) Em um território marcado por vulnerabilidade social, baixa infraestrutura e forte impacto climático, o apoio foi decisivo." — Cooperativa dos Agricultores e Agricultoras Familiares de Salvaterra (CAFAS).*

O diferencial do projeto está na **integração produtiva dentro do território**. O SAF foi implantado ao lado da agroindústria comunitária já operada pela CAFAS, permitindo que frutas como açaí, taperebá, muruci, acerola, goiaba, cacau, bacuri e cupuaçu sejam beneficiadas localmente na forma de polpas. O sistema combina ainda culturas de ciclo mais curto, como feijão, abóbora, milho e mandioca, contribuindo para diversificar a produção e gerar alimentos e renda em diferentes períodos do ano.

Essa integração fortalece um ciclo que conecta **produção, beneficiamento e comercialização**. A oferta local de matéria-prima reduz a dependência de fornecedores externos e os períodos de ociosidade da agroindústria, ao mesmo tempo em que os SAFs contribuem para recuperação do solo, maior retenção de umidade e retorno de biodiversidade. Observou-se maior presença de insetos polinizadores e aves, além de regeneração natural de espécies nativas, melhoria da fertilidade e redução da temperatura do solo. A experiência também fortaleceu a percepção dos SAFs como estratégia econômica, além de ambiental.

A estrutura produtiva se conecta ainda às **políticas públicas de alimentação**. A CAFAS já acessa o **Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)** e possui trajetória de fornecimento para alimentação escolar, criando uma ponte entre a produção da sociobiodiversidade, os mercados institucionais e a segurança alimentar.

O caso mostra como a Teia pode fortalecer capacidades e estruturas que já existem no território, conectando-as de forma mais eficiente. Ao aproximar agrofloresta, agricultura familiar, agroindústria comunitária e políticas públicas de alimentação, o projeto contribui para **manter maior parcela do valor gerado dentro do próprio território**, articulando conservação, produção e geração de renda.

O **Maranhão** soma 7,7% das iniciativas apoiadas (31 projetos), distribuídas por 23 municípios. Itapecuru Mirim concentra o maior número no estado, com 6 projetos; Cururupu, Montes Altos e São Mateus aparecem em seguida, com 2 projetos cada. A leitura por bioma evidencia uma configuração marcada por **áreas de transição**: 41,9% dos projetos no estado (13 iniciativas) estão associados simultaneamente à Amazônia e ao Cerrado, enquanto 29% (9 projetos) estão apenas na Amazônia e 25,8% (8 projetos) apenas no Cerrado. Há ainda 3,2% (1 projeto) em área de transição entre Cerrado e Caatinga. Entre as organizações apoiadas, destacam-se **quilombolas/comunidades afrodescendentes,** com 45,2% (14 projetos), seguidas por **agricultoras/es**, com 29% (9 projetos).

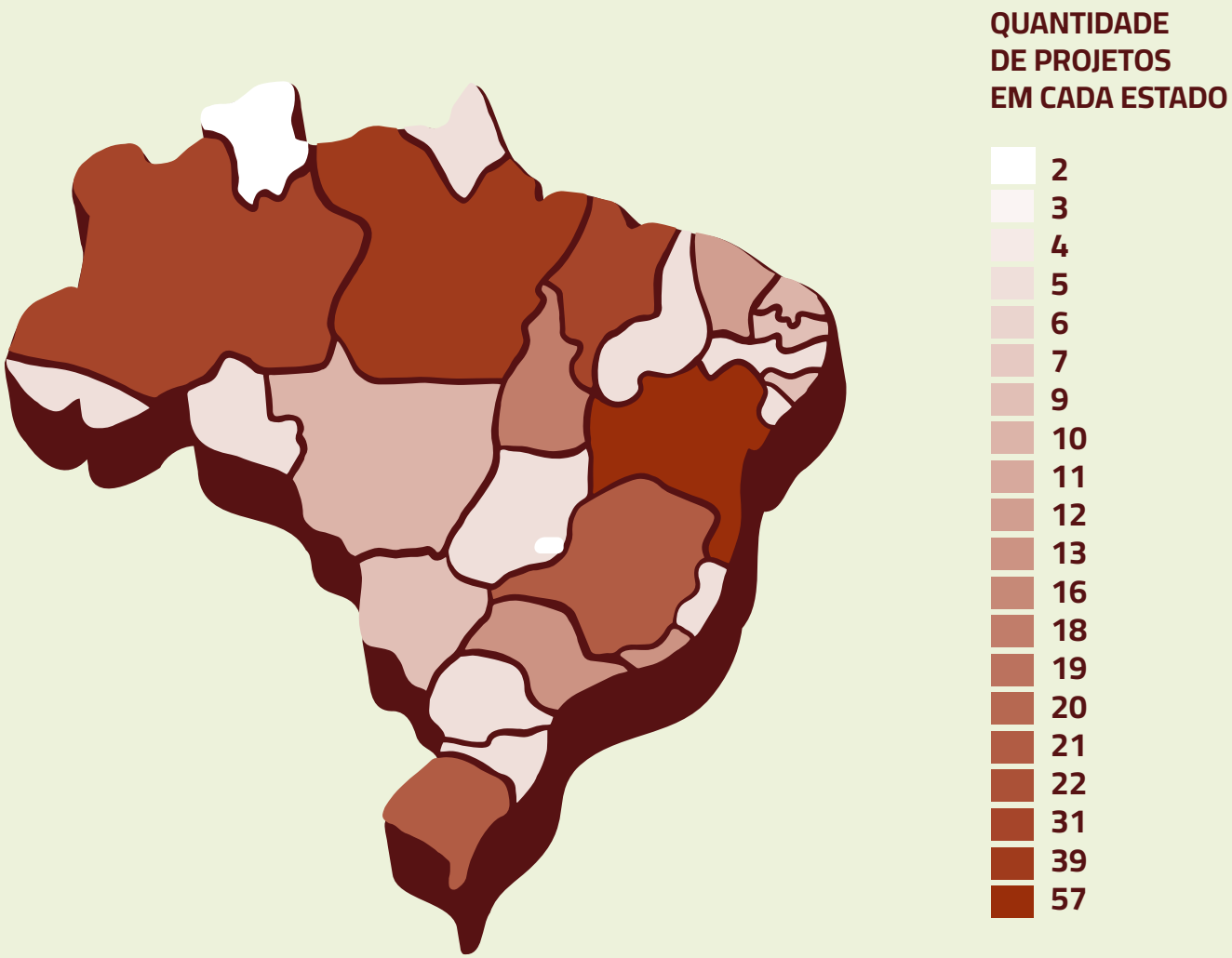
Essa distribuição mostra que a concentração estadual do portfólio não é homogênea. Bahia, Pará e Maranhão reúnem volumes relevantes de projetos, mas expressam configurações distintas de biomas e perfis organizacionais, reforçando que a capilaridade da Teia se organiza de forma territorialmente diferenciada.



Foto: Elder Miranda Jr.

Cassiel Conceição é cooperado da CAFAS e produtor agroflorestal.

Mapa 2: Distribuição dos projetos por unidade federativa



Sistema de coordenadas: SIRGAS 2000 | Fontes: IBGE
Autora: Marina Leimig (CLIMÁTICA) | Data: 21/07/2026

Ao todo, os projetos apoiados se distribuem por ***316 municípios — aproximadamente 6% dos municípios brasileiros.***

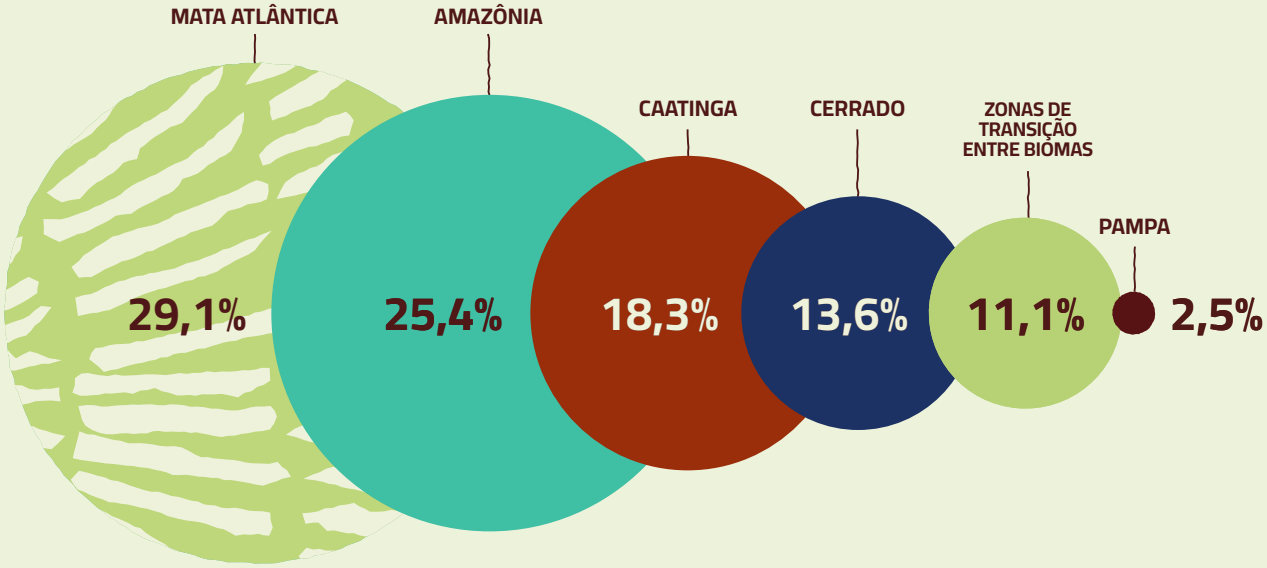
A distribuição indica uma capilaridade ampla: mesmo os municípios com maior número de iniciativas registram no máximo 6 projetos, caso de Manicoré (AM) e Itapecuru Mirim (MA). Assim, o portfólio combina presença nacional com pequenos adensamentos locais, sem concentração municipal expressiva.

DIVERSIDADE DE BIOMAS

A presença em todos os biomas sublinha a diversidade ecológica e territorial do portfólio. **Mata Atlântica, com 29,1%** (118 projetos), **Amazônia, com 25,4%** (103 projetos) e **Cerrado, com 13,6%** (55 projetos), somam 68,1% do portfólio (276 projetos), indicando presença expressiva da Teia em biomas estratégicos para **conservação da biodiversidade e segurança hídrica**. Esse conjunto inclui dois *hotspots* globais de biodiversidade[26] — Mata Atlântica e Cerrado — e a Amazônia, bioma central para a **conectividade ecológica e a regulação climática** do país.

[26] Hotspots de biodiversidade são áreas prioritárias para conservação por reunirem alta concentração de espécies endêmicas e elevado grau de perda de habitat. No artigo que consolidou o conceito, Myers et al. identificam a Mata Atlântica e o Cerrado brasileiros entre os hotspots globais de biodiversidade. Ver: MYERS, Norman; MITTERMEIER, Russell A.; MITTERMEIER, Cristina G.; DA FONSECA, Gustavo A. B.; KENT, Jennifer. Biodiversity hotspots for conservation priorities. Nature, v. 403, p. 853–858, 2000.

Gráfico 2: Projetos por bioma[27]



O portfólio também alcança a **Caatinga**, que representa **18,3%** (74 projetos), e o **Pampa**, com **2,5%** (10 projetos). As áreas de transição entre biomas[28] aparecem como categoria agregada no gráfico, com **11,1%** (45 projetos). É nessa categoria que está incluída a presença do **Pantanal**, registrada em áreas de transição **Cerrado-Pantanal**, com 6 projetos. Essas áreas de transição são relevantes porque reúnem pressões territoriais sobrepostas, exigindo respostas adaptadas a contextos que não se enquadram em um único bioma.

[27] A categoria "zonas de transição entre biomas" reúne projetos localizados em áreas de combinação entre biomas, incluindo Cerrado–Pantanal, Cerrado–Amazônia, Cerrado–Caatinga, Cerrado–Mata Atlântica, Mata Atlântica–Caatinga e Mata Atlântica–Pampa.

[28] Ecótonos são zonas de transição entre comunidades ecológicas, associadas a gradientes ambientais e presentes em diferentes escalas, desde transições locais até limites entre biomas. Essas áreas podem reunir características de formações distintas e ter relevância para a ecologia, a evolução e a conservação. No Brasil, estudos sobre o ecótono Cerrado-Amazônia reforçam a importância das zonas de transição para a manutenção da diversidade biológica e para estratégias regionais de conservação. Ver: KARK, Salit; VAN RENSBURG, Berndt J. Ecotones: Marginal or central areas of transition? Israel Journal of Ecology & Evolution, v. 52, p. 29–53, 2006; MACIEL, Everton A.; OLIVEIRA-FILHO, Ary T.; EISENLOHR, Pedro V. Prioritizing rare tree species of the Cerrado-Amazon ecotone: warnings and insights emerging from a comprehensive transitional zone of South America. Natureza & Conservação, v. 14, n. 2, p. 74–82, 2016.

4.2 Organizações comunitárias e enraizamento territorial

A Teia apoia uma base social diversa e territorialmente enraizada. Esta seção mostra quem compõe as organizações apoiadas, com quais públicos os projetos pretendem atuar e como essas iniciativas se vinculam aos territórios onde acontecem.

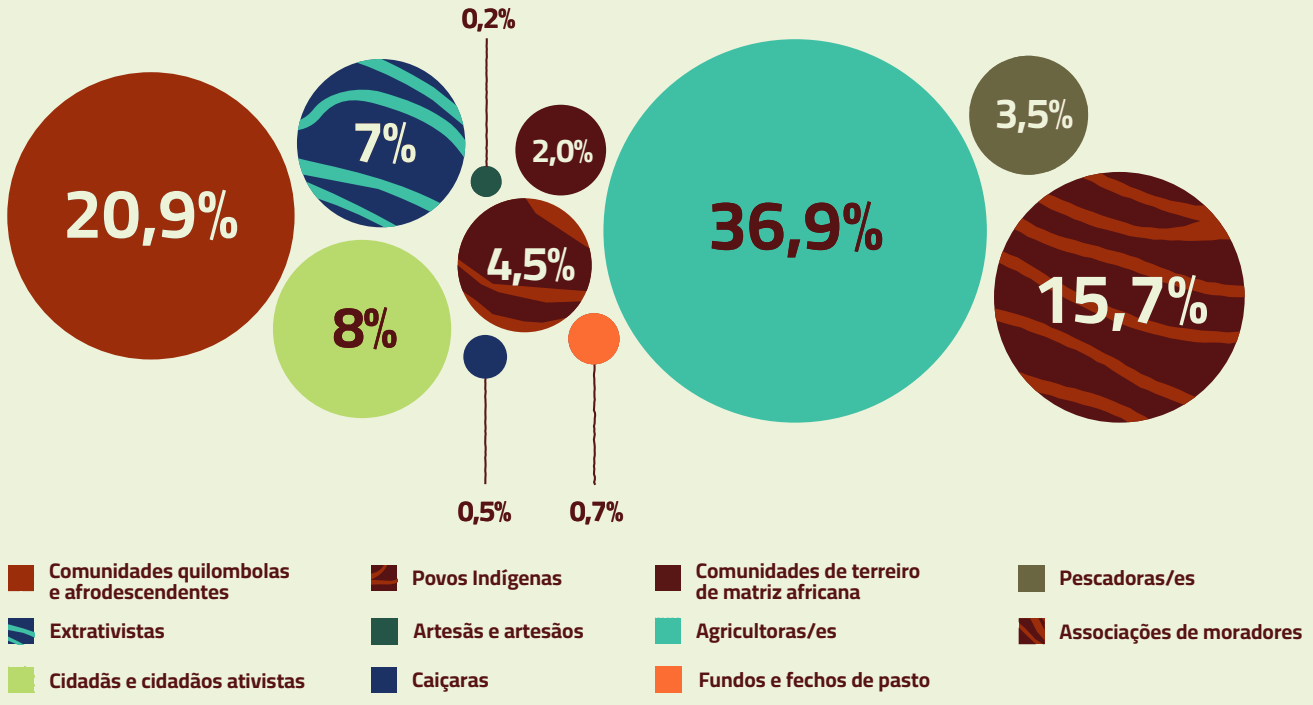
BASE SOCIAL DAS ORGANIZAÇÕES APOIADAS

A autoidentificação dos integrantes das organizações mostra a predominância da agricultura familiar e dos povos e comunidades tradicionais no portfólio. **Agricultoras/es são o grupo mais recorrente**, com 36,9% (148 projetos), seguidos por **comunidades quilombolas e afrodescendentes**, com 20,9% (84 projetos); **Povos Indígenas**, com 15,7% (63 projetos).

Além disso, **cidadãs e cidadãos ativistas** representam 8% (32 projetos); **extrativistas**, 7% (28 projetos); **associações de moradores**, 4,5% (18 projetos); **pescadoras/es**, 3,5% (14 projetos); **comunidades de terreiro de matriz africana**, 2% (8 projetos). **Fundos e fechos de pasto**[29] representam 0,7% (3 projetos); **caiçaras**, 0,5% (2 projetos); e **artesãs e artesãos**, 0,2% (1 projeto).

[29] Fundos e Fechos de Pasto são comunidades tradicionais caracterizadas pelo uso comunitário da terra, que pode coexistir com áreas de uso familiar, pela criação de animais, agricultura de subsistência ou extrativismo de baixo impacto e pelo manejo tradicional dos recursos naturais, especialmente na Caatinga, no Cerrado e em áreas de transição. Na Bahia, onde se concentram, são reconhecidas e reguladas pela Lei estadual nº 12.910/2013.

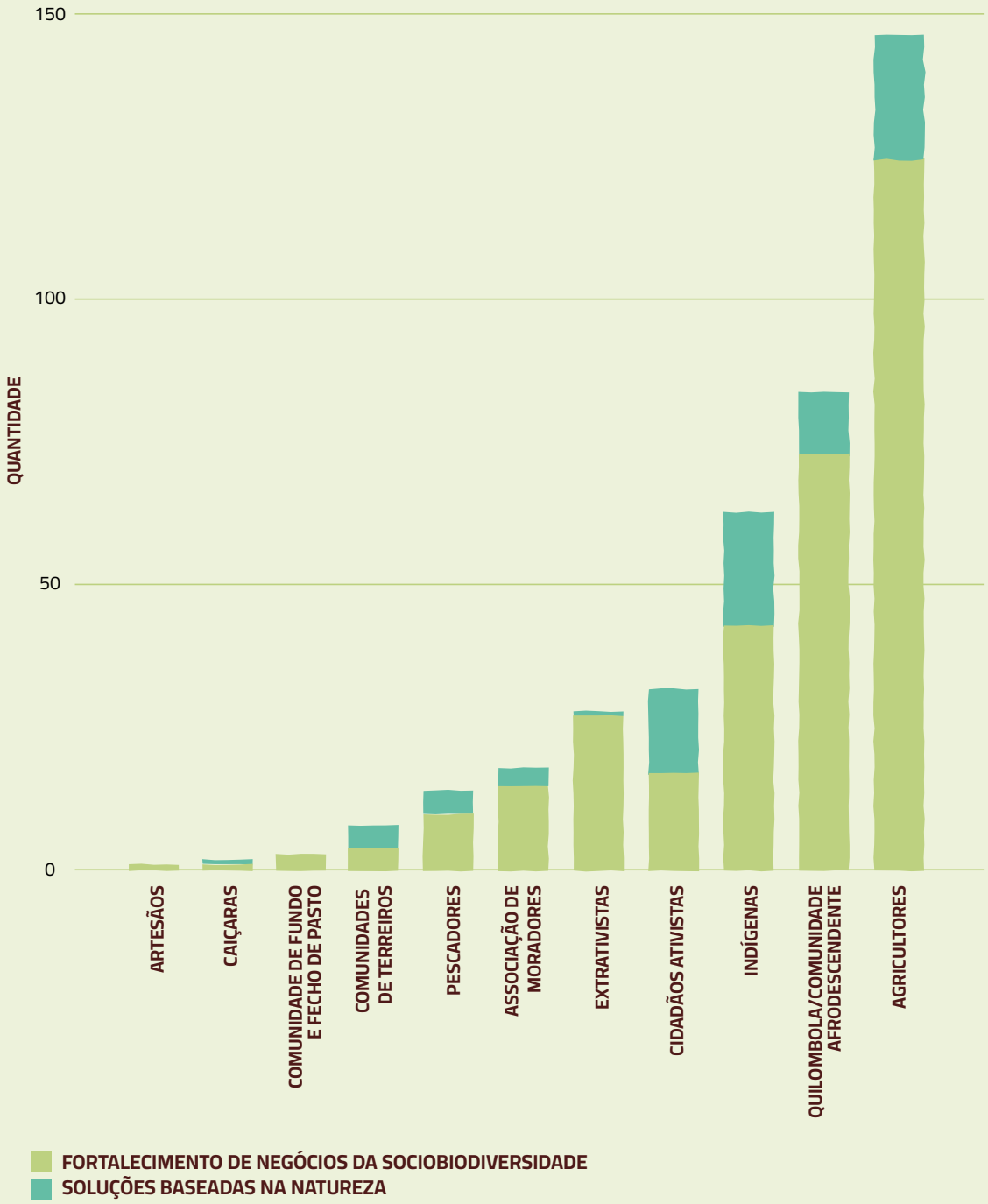
Gráfico 3: Projetos por autoidentificação dos integrantes da organização



O cruzamento entre a autoidentificação dos integrantes das organizações e as linhas de apoio revela tendências distintas. As organizações indígenas se aproximam mais das Soluções Baseadas na Natureza (Linha 2): enquanto essa linha concentra 20,2% de todos os projetos apoiados, entre as organizações indígenas a proporção sobe para 31,7%.

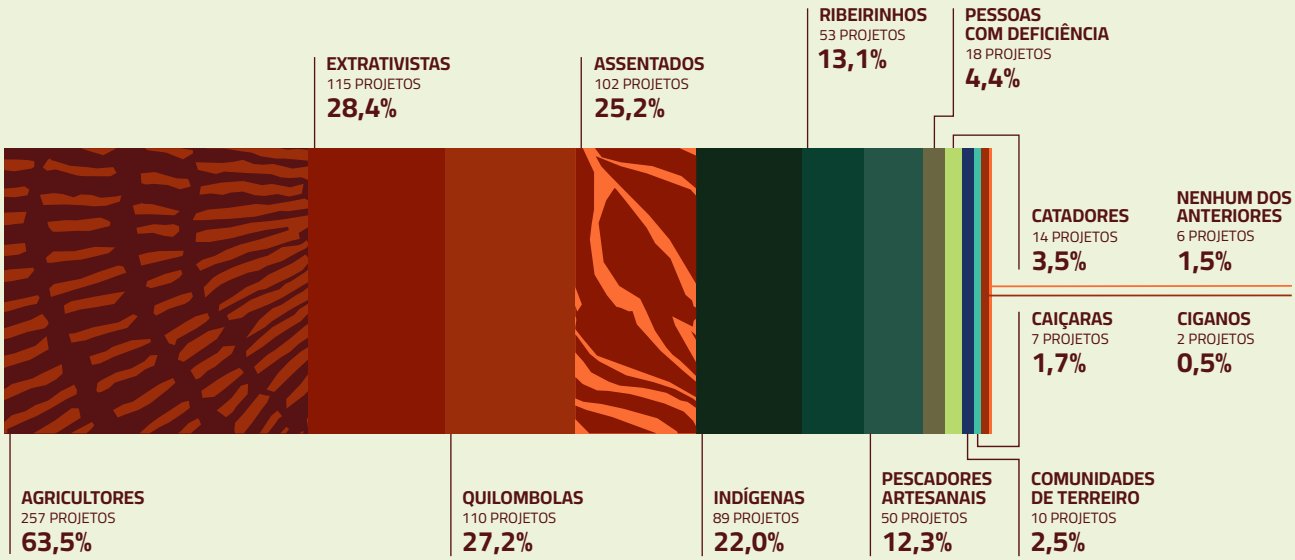
Já as organizações extrativistas concentram-se quase totalmente nos Negócios da Sociobiodiversidade (Linha 1), com 27 dos 28 projetos. Assim, embora a Linha 1 reúna a maior parte do portfólio, a Linha 2 tem peso relativo maior entre os Povos Indígenas.

Gráfico 4: Autoidentificação dos integrantes da organização vs. Linhas de apoio



Quanto ao **público-alvo**, 63,5% dos projetos (257 iniciativas) é composto por agricultoras/es, seguidos por extrativistas, com 28,4% (115 projetos); quilombolas, com 27,2% (110 projetos); assentadas/os, com 25,2% (102 projetos); e Povos Indígenas, com 22,0% (89 projetos). **A predominância de agricultoras/es tanto no público-alvo (63,5%) quanto na autoidentificação das organizações (36,9%) indica uma correspondência entre quem formula os projetos e quem se pretende alcançar**, sugerindo que, em parte relevante do portfólio, as próprias organizações proponentes integram os grupos beneficiados pelas iniciativas, sem a presença de intermediários.

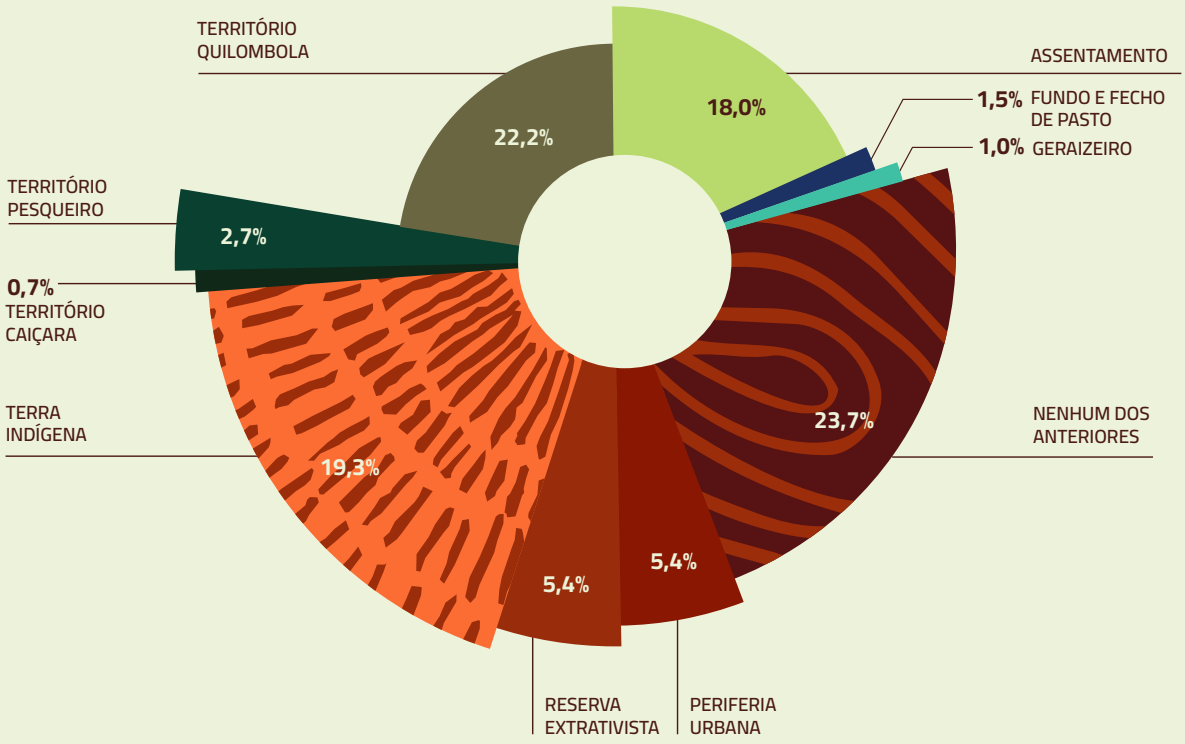
Gráfico 5: Público-alvo dos projetos



ENQUADRAMENTO TERRITORIAL

Entre os tipos territoriais declarados, destacam-se **territórios quilombolas**, com 22,2% (90 projetos); **Terras Indígenas**, com 19,3% (78 projetos); e **assentamentos**, com 18% (73 projetos). A eles, somam-se **reservas extrativistas** e **periferias urbanas**, ambas com 5,4% (22 projetos cada). Comunidades tradicionais de **territórios pesqueiros** representam 2,7% (11 projetos); **fundos e fechos de pasto**, 1,5% (6 projetos); **territórios geraizeiros**, 1,0% (4 projetos); e **territórios caiçaras**, 0,7% (3 projetos). A categoria "nenhum dos anteriores" aparece em 23,7% dos projetos.

Gráfico 6: Projetos por tipo de território



ESTUDO DE CASO 2

SABORES DO CERRADO: PRODUÇÃO E BENEFICIAMENTO NO TERRITÓRIO KALUNGA

Projeto: Kalungas na Teia da Sociobiodiversidade

Organização apoiada: Associação Kalunga Comunitária do Engenho II (AKCE)

Território: Comunidade Engenho II, Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga, Cavalcante (GO)

Bioma: Cerrado

> *Na comunidade Engenho II, alimentos, doces, geleias, frutas desidratadas, óleos e outros produtos do Cerrado já faziam parte da economia local. Muitas mulheres produziam em suas próprias casas e comercializavam seus produtos na comunidade, inclusive por meio da lojinha ligada ao turismo de base comunitária. O desafio, portanto, não era criar uma nova atividade econômica,* ***mas dar melhores condições a práticas produtivas que já existiam no território****.*

A comunidade possuía uma pequena agroindústria construída em 2005, mas que havia deixado de funcionar. Com o apoio da **Teia**, a AKCE reformou e reativou esse espaço, que passou a contar com duas novas salas e varanda, e adquiriu equipamentos voltados ao processamento e à conservação de frutas nativas, produtos dos quintais e plantas medicinais. A nova estrutura permite melhorar as condições de beneficiamento, reduzir perdas e agregar valor àquilo que já é produzido e coletado pelas famílias Kalunga.

Um diferencial importante foi a forma de implementação. As decisões sobre as melhorias, os equipamentos e as regras de funcionamento da agroindústria foram construídas coletivamente. Quando um equipamento inicialmente previsto deixou de responder às necessidades do grupo, por exemplo, a própria comunidade decidiu substituí-lo por outro considerado mais útil. Também foram realizadas formações sobre boas práticas de manipulação e desidratação, criado um regimento interno e formada uma comissão de mulheres para organizar o uso e a gestão do espaço. O projeto também produziu, de forma participativa, o primeiro documento com diretrizes para o extrativismo sustentável de plantas nativas.

45 pessoas participaram diretamente do projeto, 35 delas mulheres, reunindo 40 famílias. Foram realizadas quatro oficinas participativas e um curso de 16 horas sobre boas práticas de manipulação e desidratação, com 21 participantes no primeiro dia e 25 no segundo.

Como resume Evânia Moreira dos Santos, coordenadora do projeto: "*Quando executado pelas pessoas da comunidade, as pessoas sabem as necessidades, todo mundo sabe os anseios da comunidade. (...) Devia ter mais projetos geridos pela organização, pela comunidade, porque aí supriria mais as necessidades.*"

Na prática, os novos equipamentos ampliaram as possibilidades de aproveitamento da produção local. A desidratação de frutas e plantas, que antes podia levar cerca de uma semana ao sol, passou a ser realizada em aproximadamente quatro horas, melhorando a conservação e permitindo formar estoques para períodos de maior fluxo turístico.

Foto: Priscila Lima



Cirilo dos Santos Rosa é uma liderança do Quilombo Kalunga.



Foto: Attilio Zolin

Cerimônia de entrega dos certificados do curso de boas práticas de manipulação e desidratação de plantas medicinais e alimentos, realizado na nova cozinha comunitária, ampliada e reformada com recursos da Teia.

> *Mais do que modernizar uma estrutura, o projeto fortalece uma* ***cadeia comunitária que conecta produção, beneficiamento e comercialização dentro do território****. Agricultoras/es locais fornecem matérias-primas, mulheres agregam valor aos produtos na agroindústria e a atividade se articula aos canais de comercialização já construídos pela comunidade, especialmente aqueles ligados ao turismo de base comunitária.*

Assim, o projeto mostra como o apoio da Teia pode **fortalecer economias já existentes a partir das prioridades e formas de organização do próprio território**. Ao reativar uma infraestrutura comunitária e ampliar a capacidade de beneficiamento dos produtos do Cerrado, o projeto contribui para que mais valor seja gerado e permaneça no território Kalunga, combinando sociobiodiversidade, autonomia produtiva e geração de renda.

A maioria das iniciativas apoiadas tem escala local ou territorial: 80,5% dos projetos (326 iniciativas) atuam diretamente em comunidades, municípios ou territórios específicos. Esse enraizamento também aparece na relação entre organização e território: em **90,1% dos projetos (365 iniciativas), a organização proponente faz parte do território onde a ação será desenvolvida**. Além disso, 89,6% dos projetos (363 iniciativas) ocorrem em **ambiente rural**, o que reforça a **forte conexão da Teia com modos de vida, paisagens produtivas e dinâmicas comunitárias ligadas ao campo, às águas e às florestas**.

PERFIL INTERGERACIONAL E DE GÊNERO

O portfólio da Teia tem composição intergeracional. Jovens de 13 a 29 anos integram o público indicado em 84,9% dos projetos (344 iniciativas); pessoas com mais de 55 anos, em 75,1% (304 projetos); adultos de 30 a 55 anos, em 35,6% (144 projetos); e crianças de até 12 anos, em 6,9% (28 projetos). Como as faixas etárias podem se sobrepor, esses percentuais indicam presença de cada grupo no público atendido, e não distribuição exclusiva. Essa composição sugere que a sociobioeconomia apoiada pela Teia atravessa dinâmicas familiares e comunitárias, conectando produção, transmissão de saberes e continuidade de práticas entre gerações.

Em um portfólio majoritariamente rural, a presença expressiva de jovens também dialoga com o debate sobre permanência nos territórios e renovação das economias comunitárias, especialmente pela criação de condições de renda, pertencimento e continuidade das práticas produtivas locais.

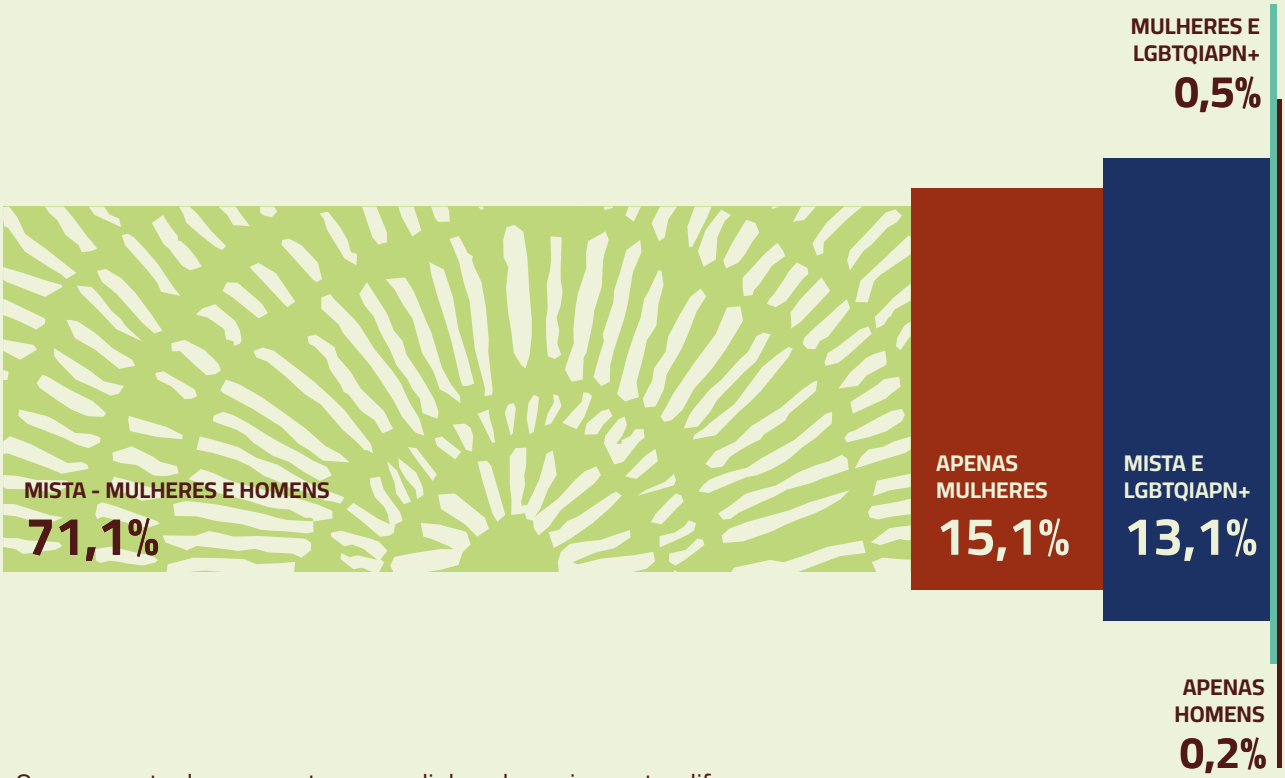
Quando os projetos criam condições para que jovens permaneçam, inovem e assumam papéis nas organizações, eles podem fortalecer a sucessão geracional, a transmissão de conhecimentos e a continuidade das práticas produtivas locais.[30]

Em relação ao gênero, predominam projetos com público-alvo misto de mulheres e homens, com 71,1% (288 projetos). **As iniciativas voltadas apenas a mulheres representam 15,1%** (61 projetos). Também há projetos que incluem pessoas LGBTQIAPN+:[31] 13,1% (53 projetos) combinam público misto e LGBTQIAPN+, e 0,5% (2 projetos) combinam mulheres e LGBTQIAPN+. Apenas 0,2% (1 projeto) declara público formado apenas por homens.

[30] Sobre juventude rural, permanência no campo e agroecologia, ver: CASTRO, Elisa Guaraná de et al. "Juventude e agroecologia: a construção de uma agenda política e a experiência do Planapo". In: A Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica no Brasil. Brasília: Ipea, 2017.

[31] LGBTQIAPN+: sigla que reúne pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, queer, intersexo, assexuais, pansexuais e não-binárias. O sinal "+" abrange outras orientações sexuais e identidades de gênero não especificadas.

Gráfico 7: Projetos por composição de gênero do público atendido



O cruzamento desse recorte com as linhas de apoio mostra diferenças relevantes dentro do portfólio. **Os projetos voltados apenas a mulheres têm presença mais forte na Linha 1 — Negócios da Sociobiodiversidade, com 88,9%, além de maior concentração em ambiente rural e abrangência local/territorial**. Já os projetos que incluem público LGBTQIAPN+ aparecem proporcionalmente mais associados à Linha 2 — Soluções Baseadas na Natureza, com 46,3%, e têm maior presença relativa em contextos urbanos e de abrangência regional.



Foto: Priscila Lima

Divina Francisca prepara chás e banhos de ervas com plantas de seu quintal, no Quilombo Kalunga. A comunidade conta com uma nova máquina desidratadora adquirida com recursos do projeto apoiado.

ESTUDO DE CASO 3

MULHERES KAMBIWÁ: SABERES, PRODUÇÃO E ACESSO A RECURSOS

Projeto: Saberes e Sabores com Frutos da Caatinga no Sertão Pernambucano

Organização apoiada: Canto Bonito Associação de Mulheres Indígenas da Aldeia Nazário (CABOAMAN), povo Kambiwá

Território: Terra Indígena Kambiwá, em Ibimirim (PE)

Bioma: Caatinga

Na Aldeia Nazário, mulheres indígenas Kambiwá mobilizam há gerações conhecimentos sobre frutos, plantas e práticas produtivas da Caatinga. Espécies como ouricuri, murici, umbu e maracujá-do-mato fazem parte da alimentação, do artesanato e das práticas de manejo das famílias.

> *O desafio não era criar esses conhecimentos ou iniciar uma atividade produtiva, mas construir condições para que capacidades já existentes pudessem se transformar em uma estrutura mais estável de produção e geração de renda.*

Fundada em 2013 e formada exclusivamente por mulheres, a CABOAMAN atua no fortalecimento das mulheres indígenas, na valorização dos conhecimentos ancestrais e na sustentabilidade do território. Apesar dessa trajetória, a organização enfrentava uma importante barreira de acesso a financiamento: antes da Teia, seu último recurso havia sido recebido em 2021. A associação já havia, inclusive, buscado apoio para construir uma cozinha comunitária, sem sucesso.



Foto: Thiago Foresti | Participantes do projeto Saberes e Sabores com Frutos da Caatinga no Sertão Pernambucano, na Terra Indígena Kambiwá, em Ibimirim (PE).



Licores e geléias produzidas na nova cozinha comunitária construída com recursos do projeto. | Foto: Elder Miranda Jr.

Com o apoio da Teia, essa demanda pôde avançar. O projeto estruturou uma cozinha comunitária equipada para o beneficiamento de frutos da Caatinga, oferecendo às mulheres um espaço coletivo e condições mais adequadas para produzir. Antes, parte dessas atividades ocorria nas casas ou em espaços improvisados da comunidade. O projeto também começou a ampliar a circulação dessas iniciativas para além da aldeia, com participação das mulheres em feiras e apresentação de seus produtos, incluindo a Fenearte, em Olinda, ainda que algumas atividades produtivas permaneçam em fase de desenvolvimento. A cocada de licuri, por exemplo, encontrava-se em fase de teste de receita em julho de 2026, indicando que o apoio deve ser entendido como parte de um processo de estruturação, e não como uma cadeia produtiva já plenamente consolidada.

Uma liderança da CABOAMAN sintetiza:

> *"As mulheres sempre souberam produzir. Elas sempre tiveram a matéria-prima à disposição. Mas quando a gente consegue um espaço estruturado com equipamentos, nós conseguimos oportunizar que essas mulheres tenham as ferramentas para trabalhar."*

A iniciativa também combina mapeamento de espécies nativas e de sua sazonalidade, formação em processamento de alimentos, gestão, cooperativismo e práticas agroecológicas, além do desenvolvimento de produtos como polpas, geleias, doces, compotas, sucos e cocadas. Dessa forma, conecta biodiversidade, conhecimentos tradicionais e possibilidades de geração de renda, preservando a relação das atividades produtivas com o território.

As mudanças mais relevantes aparecem justamente na criação das condições materiais para que as mulheres desenvolvam aquilo que já sabiam fazer. O espaço de beneficiamento foi efetivado, ampliando o acesso a equipamentos, técnicas de envase e boas práticas de produção. Os produtos também começaram a circular em novos espaços e feiras, embora algumas iniciativas ainda estejam em fase de desenvolvimento e experimentação.

O caso evidencia uma dimensão central da Teia: o financiamento direto pode chegar a organizações com capacidade, conhecimentos e projetos concretos, mas historicamente pouco acessadas pelos fluxos de recursos. No caso da CABOAMAN, o apoio não inaugura uma trajetória; ele fortalece uma iniciativa concebida pelas próprias mulheres Kambiwá e oferece meios para que conhecimentos, prioridades e capacidades existentes se convertam em maior autonomia produtiva e econômica.



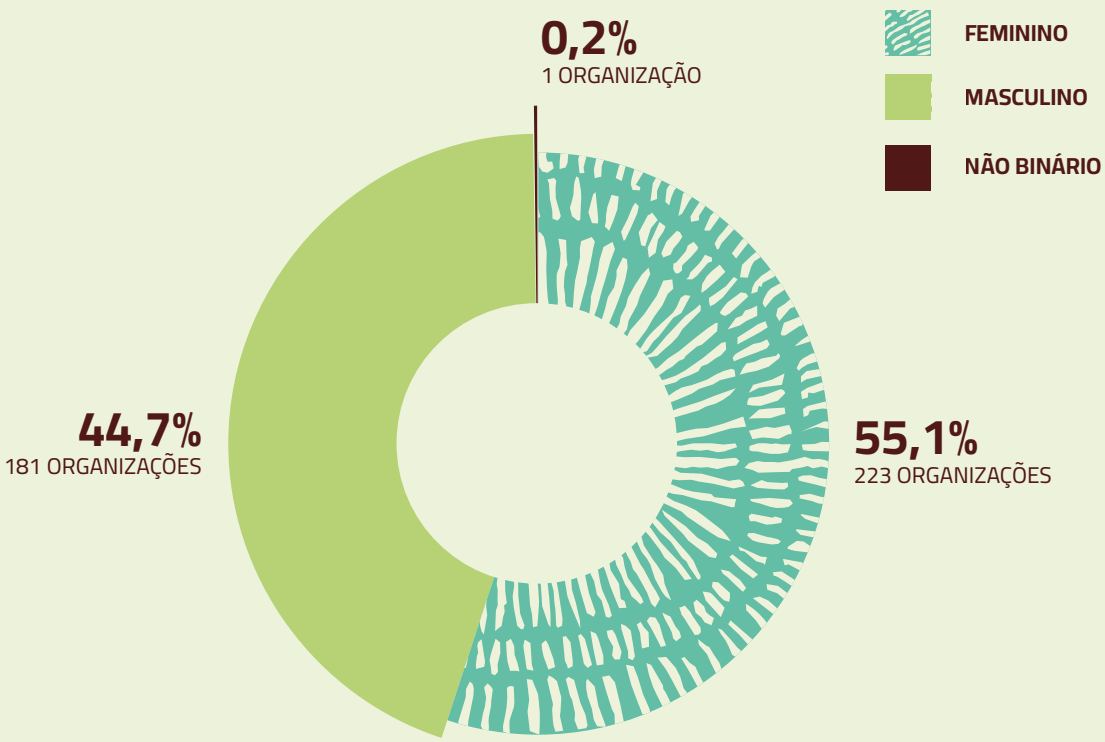
Cleide, integrante da associação, mostra o fruto do licuri, palmeira nativa do bioma Caatinga. | Foto: Attilio Zolin

Esses dados indicam que o recorte de gênero não aparece apenas como composição do público atendido. Ele também se relaciona a diferentes formas de atuação territorial, com um **perfil mais local e rural nos projetos voltados apenas a mulheres, e mais urbano, regional e associado a SbN nos projetos que incluem público LGBTQIAPN+.**

LIDERANÇA DAS ORGANIZAÇÕES

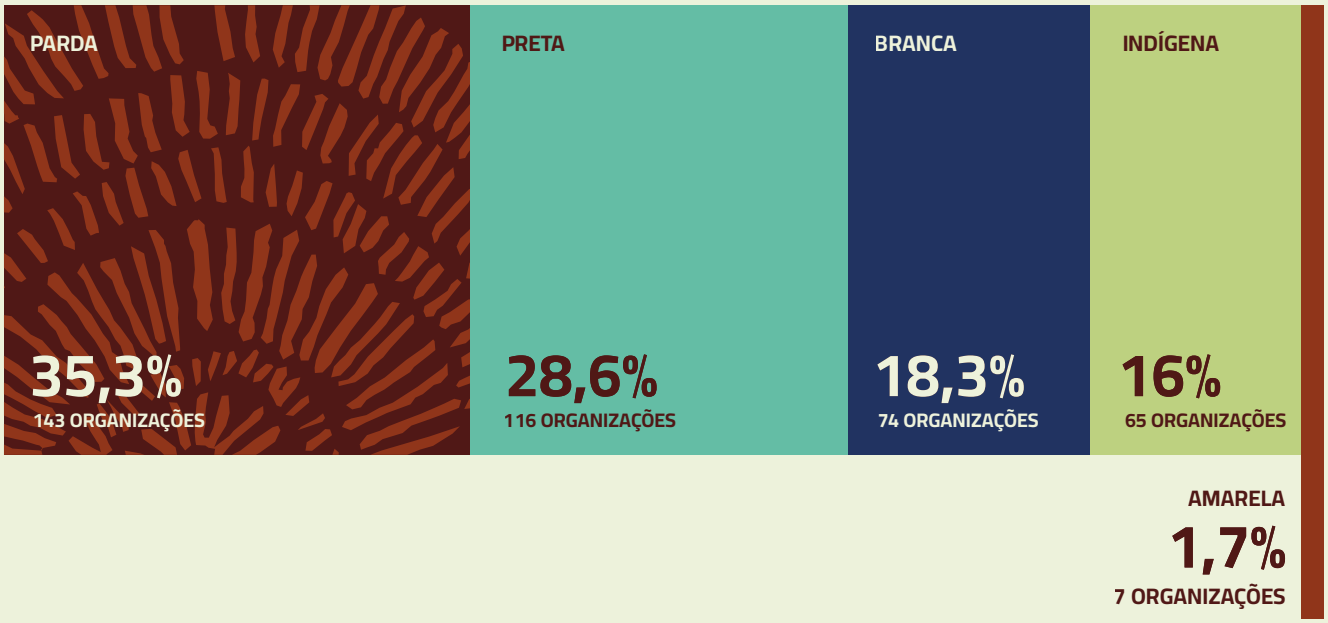
Tomando como referência a pessoa indicada como responsável legal no cadastro do projeto, observa-se **predominância de mulheres nas lideranças das organizações apoiadas**. Das 405 organizações analisadas, 223 (55,1%) são lideradas por mulheres, 181 (44,7%) por homens e uma organização liderada por uma pessoa não-binária. O portfólio reúne, majoritariamente, iniciativas conduzidas por lideranças femininas.

Gráfico 8: Gênero das lideranças das organizações



Em relação ao perfil racial das lideranças, observa-se **predominância de pessoas não-brancas**. Ao todo, 143 organizações (35,3%) são lideradas por pessoas pardas, 116 (28,6%) por pessoas pretas, 65 (16%) por pessoas indígenas e 7 (1,7%) por pessoas amarelas. As pessoas brancas lideram 74 organizações (18,3%). Somadas, **as lideranças não-brancas correspondem a 331 organizações, ou 81,7% do total**.

Gráfico 9: Raça/cor das lideranças das organizações



Em conjunto, esses dados mostram que a Teia fortalece organizações lideradas, majoritariamente, por mulheres e por pessoas pardas e pretas, evidenciando o protagonismo de grupos historicamente centrais para a conservação da biodiversidade e para a construção da sociobioeconomia comunitária nos territórios.

SOCIOBIOECONOMIA EM TERRITÓRIOS SOB PRESSÃO

A maior parte dos projetos declara atuar em territórios atravessados por pressões econômicas, ambientais e de infraestrutura. **O agronegócio é a pressão mais recorrente**, mencionada em 47,7% dos projetos (193 iniciativas). Também aparecem **obras de infraestrutura**, tais como estradas, pontes e portos, em 24,7% (100 projetos); **empreendimentos de energia**, em 24% (97 projetos); e **mineração**, em 18,3% (74 projetos). Outros vetores aparecem em menor proporção, como **exploração de hidrocarbonetos**, com 6,9% (28 projetos); **ferrovias**, com 4,9% (20 projetos); e **hidrovias**, com 3,5% (14 projetos). Ao mesmo tempo, 23,5% dos projetos (95 iniciativas) declararam que o território não é impactado por essas pressões. Como a pergunta admitia múltiplas respostas, um mesmo projeto pode declarar mais de um tipo de pressão.

O cruzamento com biomas, territórios e estados mostra como essas pressões se distribuem. No recorte por tipo de território, o agronegócio aparece de forma transversal entre as categorias analisadas. Já as pressões ligadas à infraestrutura de transporte têm participação expressiva entre projetos situados em Terras Indígenas e territórios quilombolas: esses dois tipos de território reúnem mais da metade das menções a grandes obras, enquanto as ferrovias se destacam nos territórios quilombolas e as hidrovias nas Terras Indígenas.

Por bioma, o agronegócio é a pressão predominante na Amazônia, no Cerrado, na Mata Atlântica, no Pampa e nas zonas de transição entre biomas.

No Cerrado, é mencionado por 32 dos 50 projetos; nas zonas de transição, por 29 dos 56. A Caatinga é a exceção: ali a principal pressão declarada não é o agronegócio, mas os empreendimentos de energia — parques eólicos, hidrelétricas e linhas de transmissão —, mencionados por 31 dos 78 projetos, diante de 26 que citam o agronegócio.

No recorte estadual, a Bahia reúne o maior volume de pressões declaradas, seguida por Maranhão e Pará, que aparecem empatados. A presença da Teia nesses estados indica que parte relevante do portfólio está inserida em contextos onde essas pressões são mais relatadas.

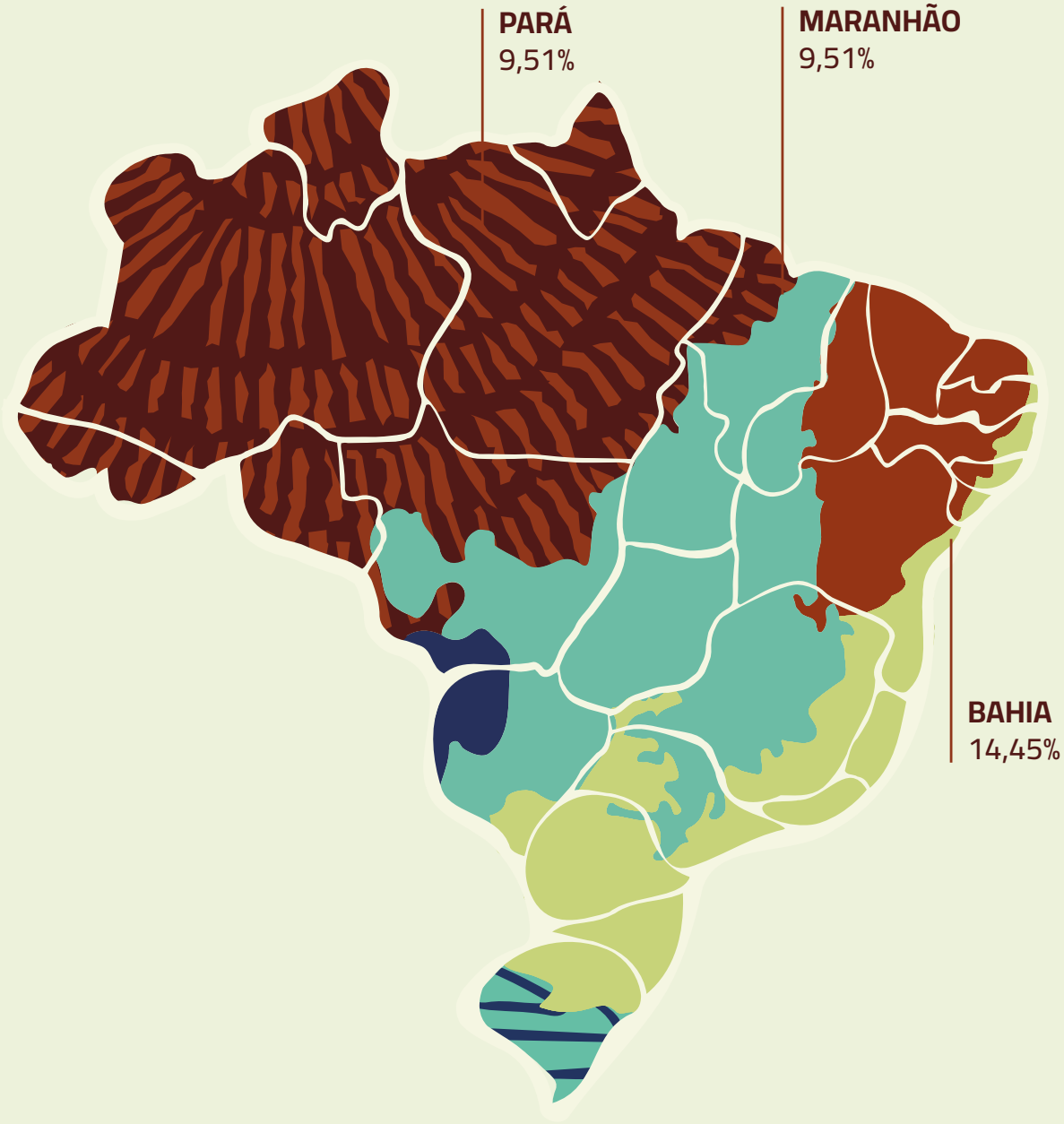
Foto: Elder Miranda Jr.



Projeto: Kalungas na Teia da Sociobiodiversidade | Organização: Associação Kalunga Comunitária do Engenho II (AKCE). | Território: Comunidade Engenho II, Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga, Cavalcante (GO).

Mapa 3: Pressões territoriais declaradas pelos projetos, por estado e bioma

MAIORES VOLUMES DE PRESSÃO POR ESTADOS



PRESSÕES TERRITORIAIS

AMAZÔNIA 103
AGRONEGÓCIO - 42
ENERGIA - 24

CERRADO - 50
AGRONEGÓCIO - 32
ENERGIA - 11

MATA ATLÂNTICA - 125
AGRONEGÓCIO - 57
ENERGIA - 22

CAATINGA - 78
AGRONEGÓCIO - 26
ENERGIA - 31

PAMPA - 14
AGRONEGÓCIO - 7
MINERAÇÃO - 4

ZONAS DE TRANSIÇÃO - 56
AGRONEGÓCIO - 29
MINERAÇÃO - 8

QUANTIDADE DE PRESSÕES NOS TERRITÓRIOS

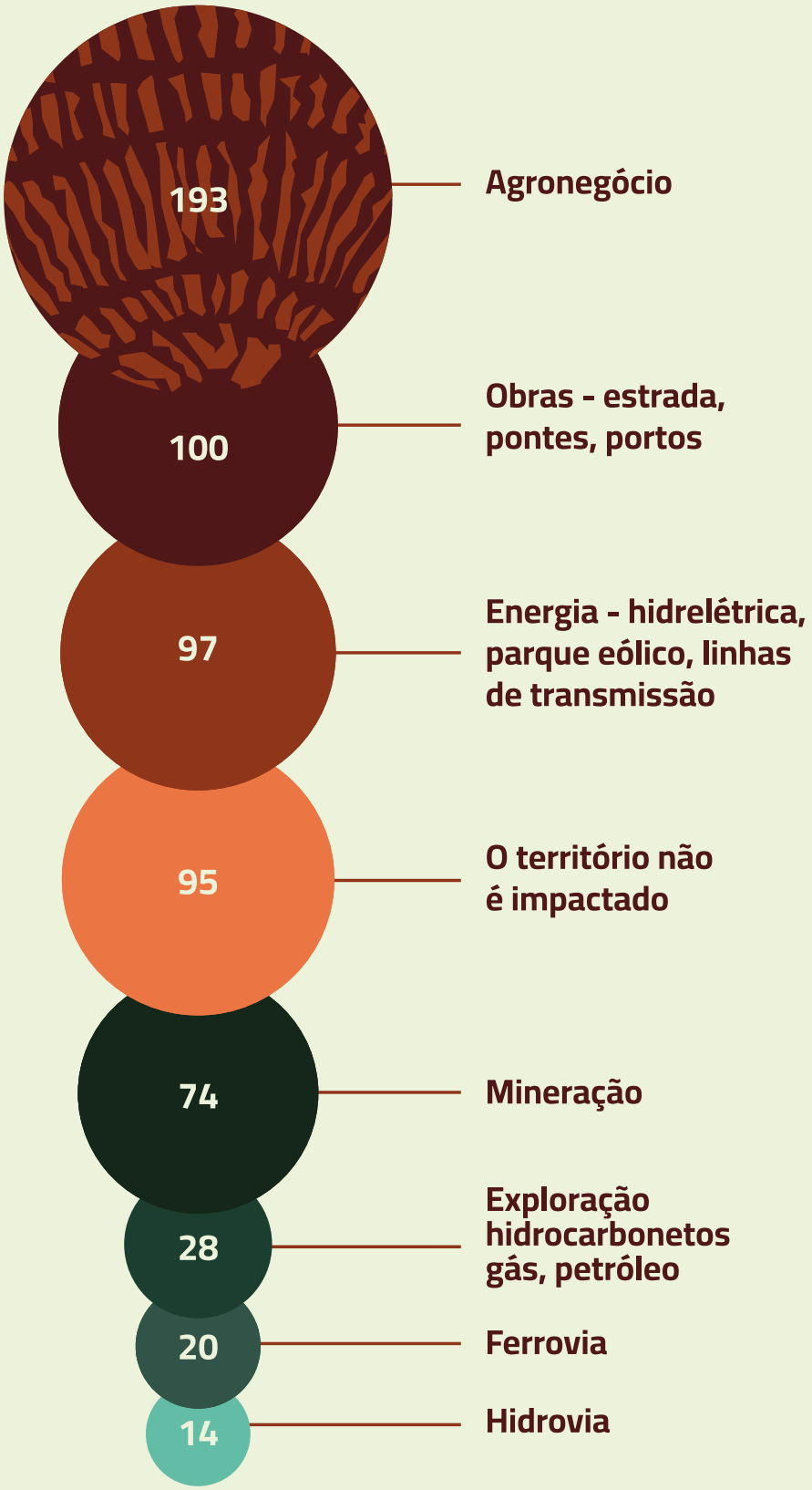


Gráfico 10: Projetos que declaram pressões territoriais, por tipo de território

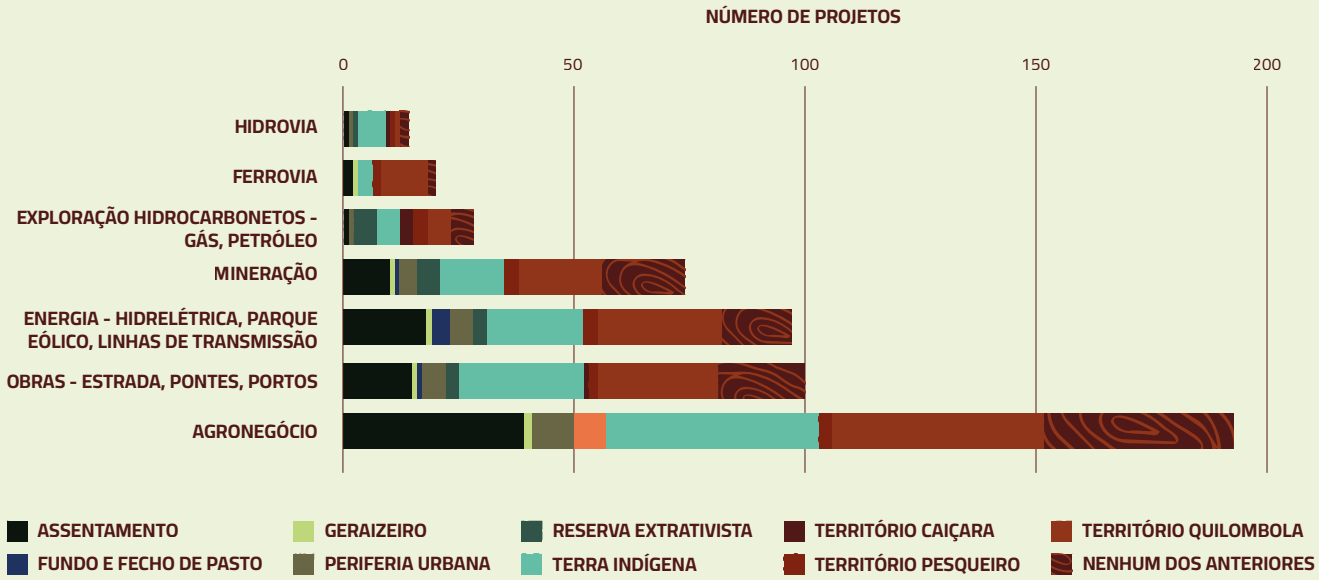




Foto: Attilio Zolin

Ellen Aparecida de Oliveira é pesquisadora e desenvolve tinturas naturais a partir de algas marinhas.

Esses dados não constituem um diagnóstico completo dos conflitos territoriais, mas situam os contextos declarados pelas organizações no momento da proposta. Eles mostram que **boa parte das iniciativas apoiadas desenvolve-se em áreas atravessadas por pressões sobre terra, infraestrutura e recursos naturais**. Essa leitura ajuda a qualificar o enraizamento territorial da Teia, indicando que o apoio chega também a organizações que atuam em contextos de disputa e vulnerabilidade territorial.

4.3 Economias fortalecidas pela Teia: práticas da sociobiodiversidade

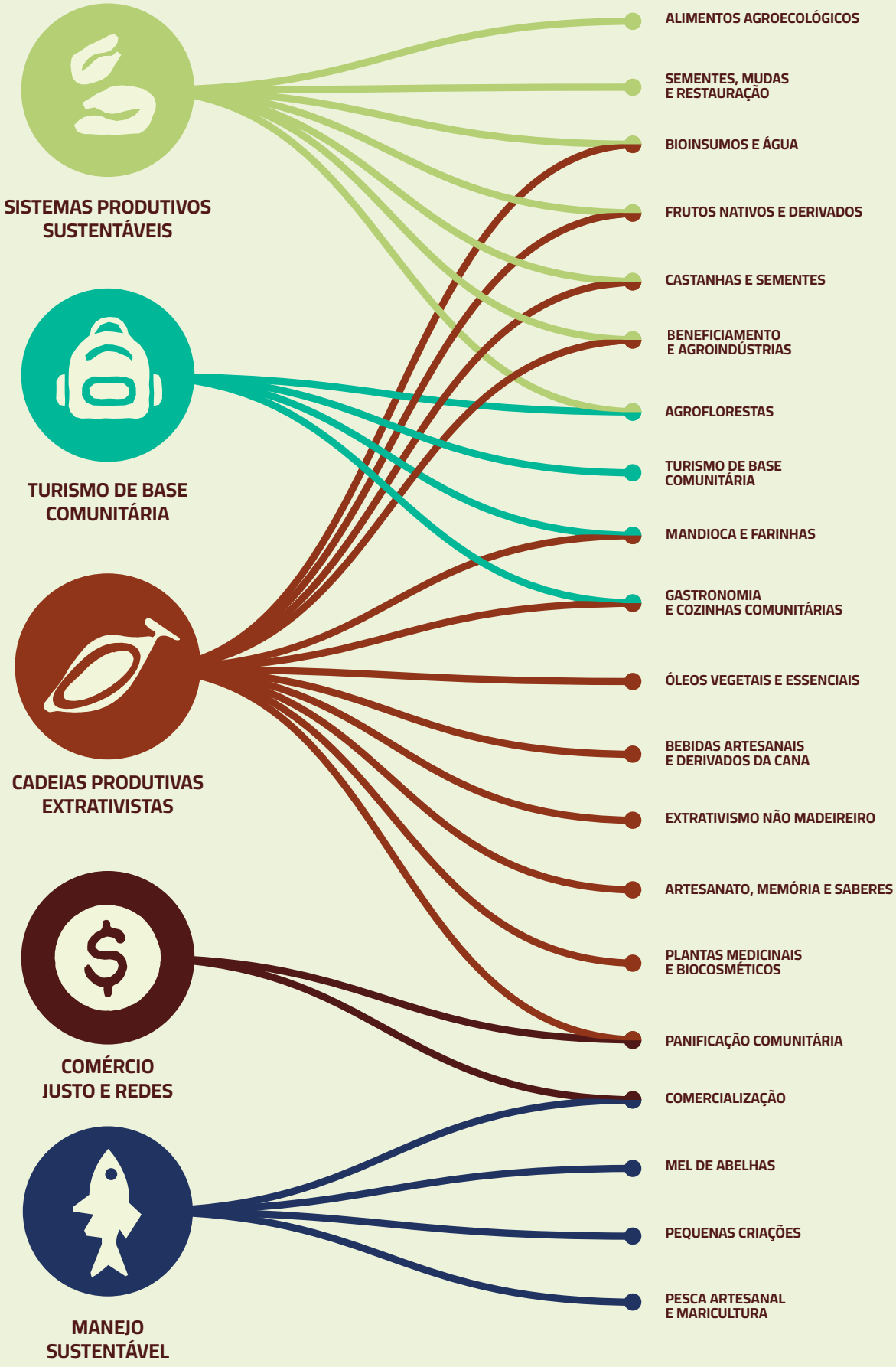
CAMPOS DE PRÁTICA DA SOCIOBIOECONOMIA COMUNITÁRIA APOIADA PELA TEIA

Os campos a seguir reúnem práticas produtivas, culturais e territoriais mapeadas pelas organizações apoiadas. Como muitas iniciativas atuam em mais de uma frente ao mesmo tempo, essas categorias não devem ser lidas como *ranking* nem como divisões rígidas, mas como tendências e formas de atuação que ajudam a compreender a diversidade da sociobioeconomia comunitária apoiada pela Teia.



Com apoio da Teia da Sociobiodiversidade, Associação Kalunga Comunitária do Engenho II (AKCE) reformou, ampliou e adquiriu novos equipamentos para a cozinha da comunidade. | Foto: Elder Miranda Jr.

Figura 10: Campos da sociobioeconomia comunitária apoiada pela Teia



SISTEMAS PRODUTIVOS SUSTENTÁVEIS

Reúnem a produção de base agroecológica e os SAFs, viveiros e restauração produtiva. Fortalecem a produção de alimentos, o autoconsumo, a segurança alimentar e os circuitos locais de abastecimento e, ao mesmo tempo, aproximam produção, recuperação ambiental e fortalecimento comunitário. Hortas, quintais produtivos, roças e sementes crioulas convivem com a implantação e o manejo de SAFs, a produção de mudas, os viveiros coletivos e a recuperação de áreas degradadas com espécies nativas — combinando geração de renda, conservação da agrobiodiversidade, valorização dos saberes locais e cuidado com o solo, a água e os modos de vida.

- **Produtos:** Alimentos agroecológicos; hortaliças, frutas, verduras, legumes e tubérculos; polpas de frutas e conservas; castanha de baru, pequi e jatobá; algodão sustentável; sementes e mudas de espécies nativas; húmus e fertilizantes orgânicos.

- **Práticas:** Compostagem e vermicompostagem comunitárias; agroflorestas, implantação e manejo de SAFs; cultivo orgânico e manejo integrado de pragas; controle biológico de pragas; rotação de culturas e consórcios de plantio; produção de bioinsumos e fertilizantes orgânicos; recuperação de áreas degradadas; mapeamento participativo de castanhais; captação e armazenamento de água.

- **Estruturas e espaços comunitários:** Hortas comunitárias (inclusive urbanas) e quintais produtivos agroecológicos; agroindústria comunitária; viveiros coletivos; unidades demonstrativas de restauração produtiva; unidade/indústria de processamento e polpa de frutas (minifábrica); Bacia de Evapotranspiração (BET) e círculo de bananeiras.

ESTUDO DE CASO 4

A JUVENTUDE FORTALECENDO OS CIRCUITOS AGROECOLÓGICOS

Projeto: Feira Jovem: protagonismo juvenil na promoção da agroecologia e produtos da sociobiodiversidade

Organização apoiada: Associação dos Agricultores do Condomínio Rural São Domingos, em articulação com cooperativas, organizações e grupos da Rede Ecovida de Agroecologia

Território: Tapejara, Erechim e região do Alto Uruguai (RS)

Bioma: Mata Atlântica

Na região do Alto Uruguai, a agricultura familiar agroecológica se organiza há décadas por meio de associações, cooperativas, feiras e redes de comercialização.

> *Essa estrutura já existia antes da Teia: famílias produziam e comercializavam alimentos agroecológicos e produtos da sociobiodiversidade, e o Festival de Primavera já integrava o calendário regional. O desafio era fortalecer esses circuitos e criar condições para que uma* ***nova geração de agricultoras/es participasse de sua organização e continuidade.***



Evaldo Gaiardo e sua família produzem morangos orgânicos que dão origem a geléias e doces vendidos na Feira Jovem.
Foto: Attilio Zolin



Foto: Elder Miranda Jr.

Kariane Vanessa Gaiardo é uma jovem liderança e idealizadora do projeto Feira Jovem.

A sucessão rural ganha especial relevância em um território marcado pela expansão de monoculturas e pelos impactos de secas, chuvas intensas e enchentes. Permanecer na agricultura familiar depende não apenas de produzir, mas também de acessar mercados, redes de cooperação, formação e perspectivas econômicas. Nesse sentido, fortalecer a sociobiodiversidade significa também criar oportunidades para que jovens possam construir seu futuro na agroecologia.

Com apoio da **Teia**, o projeto fortaleceu a Feira Jovem como espaço de comercialização, formação e articulação da produção agroecológica. A iniciativa combinou feiras e o Festival de Primavera com encontros de jovens gestores e oficinas sobre agroecologia, políticas públicas para juventude, SAFs, bioinsumos, agroindústrias, consumo consciente e outros temas ligados à produção sustentável. Ao todo, foram realizados dez encontros do grupo de jovens gestores e oito oficinas temáticas.

Ao longo do projeto, foram realizados **10 eventos de feira**, além de intercâmbios, atividades de formação e novas edições da Feira Jovem incorporadas a eventos regionais. Na quarta edição do Festival de Primavera, foram organizadas **35 bancas** de alimentos, produtos da agricultura familiar, artesanato e outras iniciativas. A presença de mulheres e jovens foi expressiva: **75% dos feirantes eram mulheres e 60% tinham até 30 anos**, mostrando como esses circuitos podem abrir espaços concretos para novas lideranças e iniciativas econômicas.

No período, as famílias registraram R$ 117.351,00 em vendas de verduras, hortaliças e frutas em 2025 e R$ 66.087,69 entre janeiro e junho de 2026. Os valores correspondem a períodos diferentes e não devem ser apresentados como uma comparação de crescimento.

> *Também se destaca a venda de mais de 150 caixas e sacolas agroecológicas. A maior parte — mais de 120 unidades — foi adquirida por duas cooperativas locais, enquanto a meta de entregas mensais a consumidores individuais não se consolidou.*

O resultado evidencia um gargalo de comercialização e as adaptações realizadas pelo grupo para ampliar o escoamento dos produtos.

Os resultados ultrapassaram a comercialização. Uma agroindústria comunitária foi revitalizada, novos produtos da sociobiodiversidade foram desenvolvidos — como doces de pinhão e araçá e bolo de erva-mate — e as atividades ampliaram as conexões entre jovens, agricultoras/es, cooperativas, universidades e organizações da região.

> *O caso mostra que o apoio da Teia produz efeitos além do recurso financeiro: fortalece vínculos, amplia o reconhecimento de iniciativas lideradas por jovens e cria espaços para que uma nova geração assuma responsabilidades dentro de redes agroecológicas construídas ao longo de décadas.*

Como sintetiza Kariane Vanessa Gaiardo, coordenadora do projeto: "*Para nós é muito importante o financiamento. Mas quando a gente tem o reconhecimento de um projeto aprovado a nível de Brasil, mudou a conversa.*"

Ao conectar **juventude, produção agroecológica e circuitos locais de comercialização**, a Feira Jovem contribui para tornar a permanência no campo e a continuidade da agricultura familiar uma perspectiva concreta para as próximas gerações.



Família Gaiardo. | Foto: Thiago Foresti



CADEIAS PRODUTIVAS EXTRATIVISTAS

Sustentam economias baseadas no manejo sustentável da biodiversidade e na valorização da floresta em pé, articulando a coleta e o uso de recursos locais à agregação de valor, à cultura material e ao cuidado. Reúnem a coleta e o uso de castanhas, óleos vegetais, frutos nativos, fibras e sementes; o beneficiamento comunitário que transforma a produção local em alimento, renda e circulação territorial; a produção de artesanato, biojóias e cultura material ligada à identidade e aos saberes; e as plantas medicinais, cosméticos e fitoterápicos que conectam saberes tradicionais, cuidado e geração de renda. Mais do que atividades produtivas, expressam uma prática territorial associada a saberes tradicionais, conservação ambiental, geração de renda e permanência das comunidades em seus territórios.

Produtos: Frutos nativos e derivados (açaí, cupuaçu, bacaba, umbu e polpas); castanhas e sementes (castanha-do-brasil, baru, cumaru; sementes para artesanato); babaçu e derivados; óleos vegetais e essenciais (copaíba, andiroba, buriti, pracaxi); óleo e farinha de pequi; fibras naturais; borracha natural sustentável; cogumelos cultivados; tapioca; ração animal e fertilizantes orgânicos derivados do pequi; farinha de mandioca, polvilho artesanal e mandioca in natura; bolos, biscoitos, sequilhos, peta, salgados e pães; geleias, doces e molhos de frutos nativos; polpas, sucos e vinagres; vinhos artesanais, cachaça, rapadura e conservas; biojoias de sementes e materiais naturais; artesanato em fibras e cestaria; cerâmica tradicional; artefatos de madeira; tecidos e bordados; peças de marchetaria; registros audiovisuais de memória e cultura local; sabonetes artesanais e pomadas naturais; óleos essenciais e extratos vegetais; chás, tinturas e xaropes; biocosméticos.

Práticas: Manejo extrativista sustentável florestal não madeireiro e coleta tradicional respeitando os ciclos da natureza; beneficiamento e processamento de frutos, sementes e cogumelos; processamento comunitário de alimentos; produção artesanal de bebidas e derivados da cana; fermentação e transformação de frutas; agregação de valor aos produtos locais; confecção artesanal e manejo de matérias-primas locais; cultivo, manejo e manipulação de plantas medicinais e fitoterápicos; transmissão intergeracional de saberes e documentação de práticas culturais; cuidado em saúde e uso tradicional.

Estruturas e espaços comunitários: Unidades de beneficiamento comunitário e agroindústrias familiares/comunitárias; casas de farinha e casas de quebra de coco; cozinhas comunitárias; entrepostos e barracões de armazenamento da produção; salas de processamento e envase; ateliês e oficinas de artesanato; centros culturais e de saberes; espaços de produção e exposição; farmácia viva/farmácia comunitária; laboratório comunitário de manipulação; quintais produtivos e hortos medicinais; unidade de beneficiamento de fitoterápicos.

COMÉRCIO JUSTO E REDES

Reúnem os canais coletivos de comercialização e as redes que conectam a produção comunitária aos mercados. Feiras de comercialização de produtos da agricultura familiar e do extrativismo, circuitos locais e padarias comunitárias organizam o escoamento da produção, aproximam produtores e consumidores e fortalecem a economia territorial.

Práticas: Comercialização em feiras e circuitos locais; venda direta e circuitos curtos; comercialização solidária; organização coletiva do escoamento da produção; panificação comunitária e artesanal.

Estruturas e espaços comunitários: Feiras e espaços de comercialização; padarias comunitárias; centrais e balcões de comercialização.

TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA

Prática ligada à valorização dos territórios, da cultura local e dos modos de vida comunitários. Essas experiências podem articular **visitação, gastronomia, memória, paisagens produtivas, trilhas, vivências culturais e troca de saberes**. Como estratégia complementar de geração de renda, o turismo de base comunitária fortalece a identidade territorial e aproxima a conservação da biodiversidade, cultura e economia local.

Produtos e serviços: Visita a fazendas agroflorestais; roteiros de experiências imersivas; gastronomia local e tradicional; farinhas de tubérculos e frutos nativos; restaurante rural; experiências gastronômicas comunitárias.

Práticas: Turismo comunitário e regenerativo; capacitação em gastronomia local; vivências de cultivo e coleta; articulação em redes de turismo.

Estruturas e espaços comunitários: Cozinha comunitária; casa de farinha; praça principal/espaços públicos; fazendas agroflorestais; restaurante rural; espaços comunitários de alimentação.



MANEJO SUSTENTÁVEL

Reúne iniciativas de manejo de animais e de recursos aquáticos que articulam produção, segurança alimentar e uso sustentável dos ecossistemas. Compõem esse campo a apicultura e a meliponicultura, a criação de animais de pequeno porte, a pesca artesanal, a mariscagem e o manejo de recursos aquáticos, além do beneficiamento e da comercialização de mel, pescados e mariscos. As ações fortalecem a geração de renda local e a organização comunitária, ao mesmo tempo em que valorizam modos de vida associados às águas, às abelhas e às pequenas criações.

Produtos: Mel de abelhas nativas e derivados; ovos e aves; leite, queijos e derivados; carne de pequenas criações (suínos e aves); pescados; mariscos; sardinhas; ostras; moluscos nativos.

Práticas: Apicultura e meliponicultura, produção de mel e derivados; criação de animais de pequeno porte; produção leiteira comunitária, com refrigeração e melhoria da qualidade; aproveitamento de pastagens nativas; pesca artesanal; mariscagem; produção e comercialização de pescados e mariscos; cultivo de ostras; cultivo de moluscos nativos; manejo de viveiros aquícolas comunitários.

Estruturas e espaços comunitários: Apiários e meliponários; instalações para pequenas criações; território pesqueiro; viveiros de moluscos nativos; áreas de cultivo de ostras; balcão de comercialização de pescados; central de comercialização da agricultura familiar.

DISTRIBUIÇÃO TERRITORIAL DOS CAMPOS DE PRÁTICA DA SOCIOBIOECONOMIA COMUNITÁRIA APOIADOS PELA TEIA

Quando observados em sua distribuição territorial, os cinco campos apresentados nesta seção mostram que as economias apoiadas pela Teia têm alcance nacional e assumem combinações próprias em cada contexto ecológico e social. O infográfico 1 organiza essa leitura por bioma e mostra que todos os cinco campos estão presentes nos diferentes recortes territoriais considerados, incluindo o Pampa e as zonas de transição. A diferença está menos na presença ou ausência de determinada prática e mais no peso que ela adquire e na forma como se articula às demais em cada bioma.

Como um mesmo projeto pode estar associado a mais de um campo, os números representam incidências — isto é, quantos projetos registram cada prática em cada recorte territorial — e não devem ser somados como se correspondessem a iniciativas distintas.

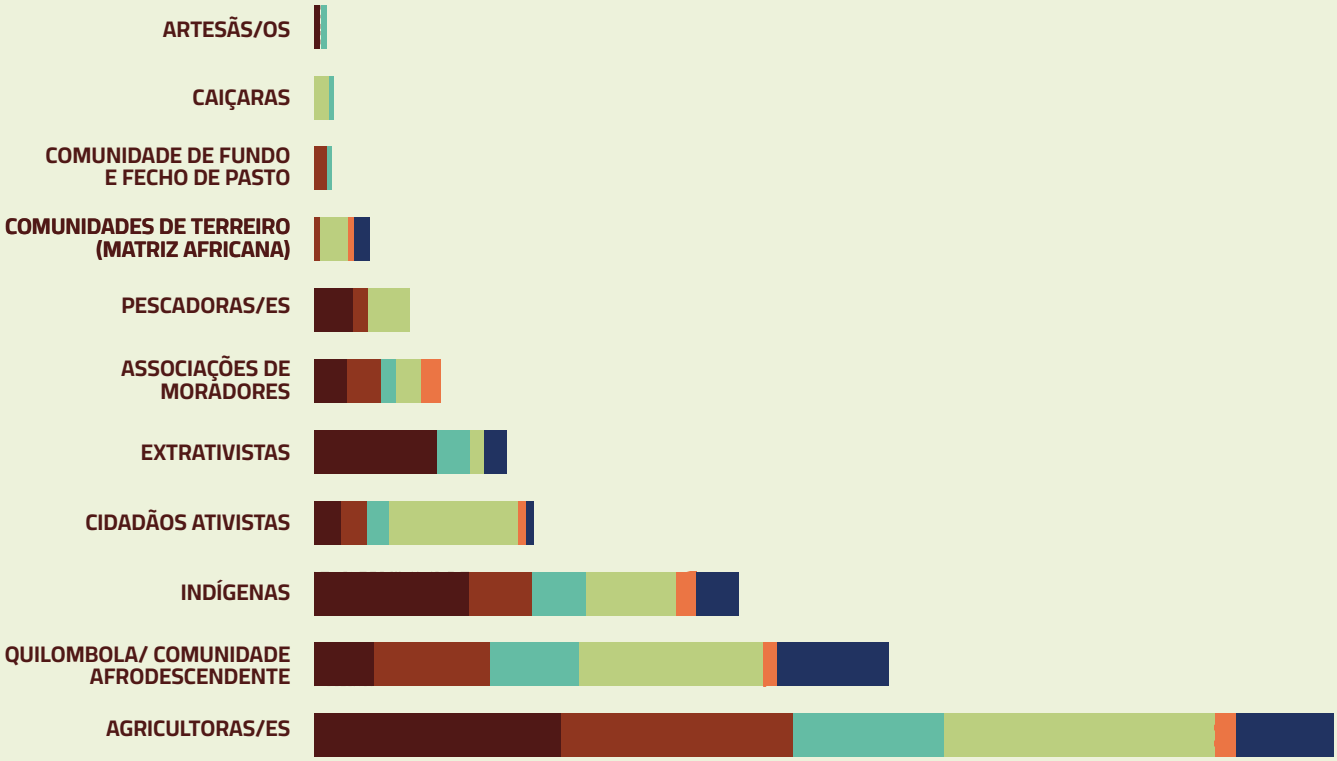
A categoria "Outros" reúne respostas que, embora não se enquadrem diretamente nos cinco campos principais, integram dimensões complementares da sociobioeconomia comunitária. Inclui práticas produtivas e de comercialização, como a produção de temperos e o acesso ao PAA e ao PNAE, além de ações de educação do campo, assessoria técnica, gestão das águas, coordenação de grupos produtivos, conservação e pesquisa em áreas florestais. Já as "zonas de transição entre biomas" seguem o critério apresentado na seção 4.1 e incluem diferentes combinações territoriais, entre elas a transição Cerrado–Pantanal.



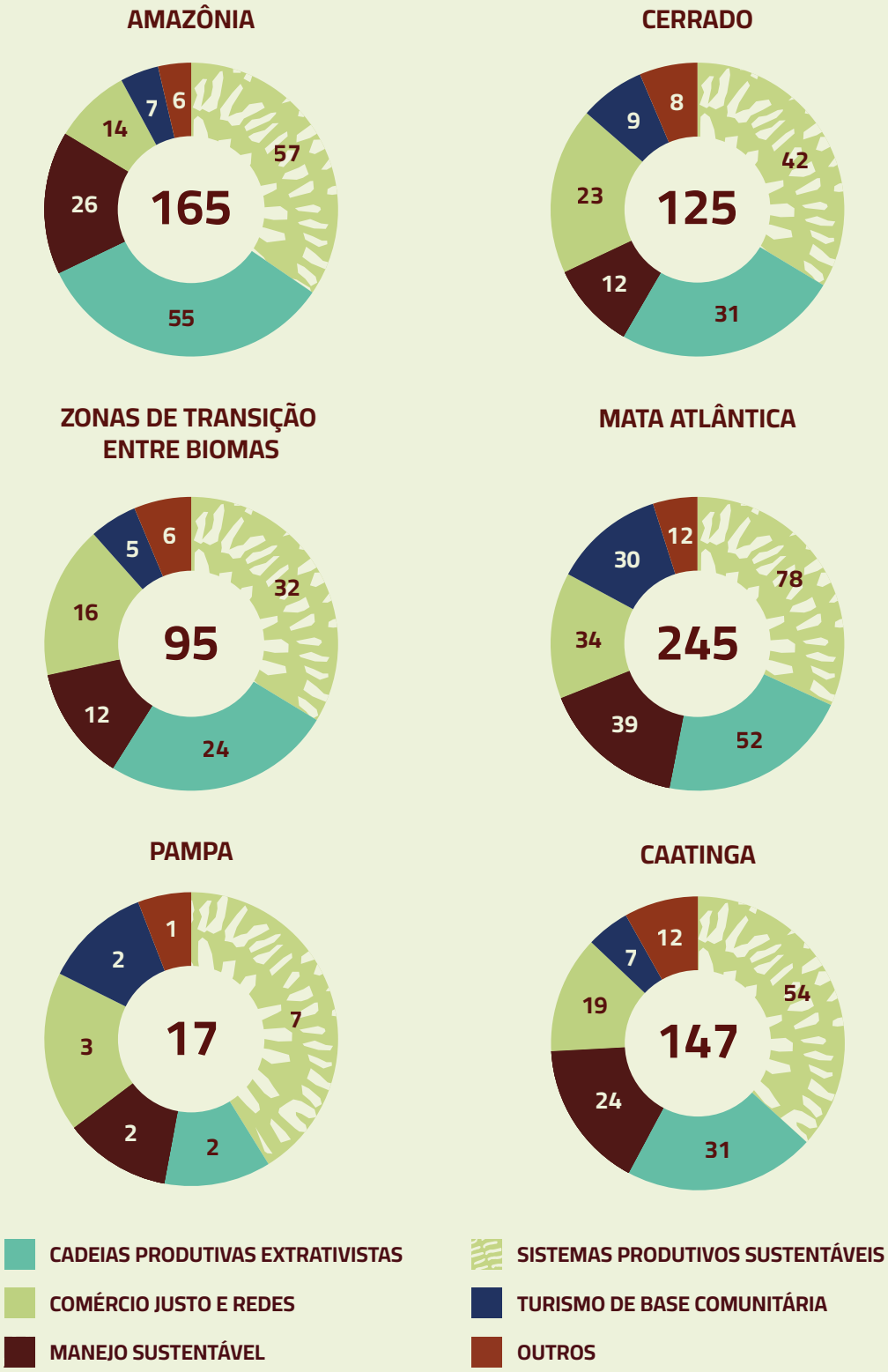
Com apoio da Teia, a cooperativa CAFAS plantou 1.800 mudas de espécies frutíferas, florestais nativas e pioneiras. | Foto: Thiago Foresti

Infográfico 1: Distribuição dos campos de prática e da autoidentificação dos integrantes das organizações por bioma





Infográfico 1: Distribuição dos campos de prática e da autoidentificação dos integrantes das organizações por bioma



O padrão mais consistente é a presença transversal dos sistemas produtivos sustentáveis, campo mais recorrente em todos os recortes territoriais: são 78 projetos na Mata Atlântica, 57 na Amazônia, 54 na Caatinga, 42 no Cerrado, 32 nas zonas de transição e 7 no Pampa. Essa distribuição mostra que a produção agroecológica, os SAFs, os viveiros e a restauração produtiva constituem uma base comum da sociobioeconomia apoiada pela Teia, ainda que assumam formas distintas em cada território.

Os demais campos revelam diferenças importantes. Na Amazônia, as cadeias produtivas extrativistas aparecem em 55 projetos, praticamente no mesmo patamar dos sistemas produtivos sustentáveis, evidenciando a centralidade do manejo e do beneficiamento de produtos da floresta. Na Caatinga, após os sistemas produtivos sustentáveis, aparecem as cadeias produtivas extrativistas, com 31 registros, e o manejo sustentável, com 24. No Cerrado, destacam-se as cadeias produtivas extrativistas, com 31 registros, e o comércio justo e as redes, com 23.

A Mata Atlântica reúne os maiores números absolutos em quatro dos cinco campos; a exceção são as cadeias produtivas extrativistas, lideradas pela Amazônia. Esse resultado também deve ser lido à luz da maior presença da Mata Atlântica no portfólio. Ainda assim, a concentração do turismo de base comunitária nesse bioma é particularmente expressiva: são 30 dos 60 registros apresentados no Infográfico 1.

No Pampa, a presença é menor em termos absolutos: são 7 registros em sistemas produtivos sustentáveis, 3 em comércio justo e redes e 2 em cada um dos demais campos — cadeias produtivas extrativistas, manejo sustentável e turismo de base comunitária —, além de 1 registro na categoria "Outros". Esse volume reflete a menor quantidade de projetos apoiados no bioma, e não a ausência dessas práticas. As zonas de transição também apresentam uma composição diversificada, com presença relevante de sistemas produtivos sustentáveis, cadeias extrativistas, comércio justo e manejo.



Foto: Thiago Foresti

Projeto: Saberes e Sabores com Frutos da Caatinga no Sertão Pernambucano | Organização: Canto Bonito Associação de Mulheres Indígenas da Aldeia Nazário (CABOAMAN), povo Kambiwá | Território: Terra Indígena Kambiwá, Ibimirim (PE).



Família Seben produz e vende verduras sem agrotóxicos em Tapejara - RS. | Foto: Thiago Foresti

O gráfico de autoidentificação, localizado na parte inferior do Infográfico 1, acrescenta uma camada social a essa geografia. Agricultoras/es aparecem de forma ampla em todos os biomas. Extrativistas e indígenas têm presença mais forte na Amazônia, enquanto quilombolas e integrantes de comunidades afrodescendentes se distribuem sobretudo pela Caatinga, pelo Cerrado, pela Mata Atlântica e pelas zonas de transição.

Autoidentificações diretamente vinculadas a contextos territoriais específicos, como caiçaras e comunidades de fundo e fecho de pasto, reforçam a relação entre sujeitos, práticas econômicas e ecossistemas.

Em conjunto, o Infográfico 1 mostra que não existe uma única forma de sociobio-economia comunitária. Os campos de prática atravessam os biomas, mas suas combinações e seus protagonistas variam conforme a base ecológica, os modos de vida e as formas de organização presentes em cada território.

ESTUDO DE CASO 5

ALGAS, MARICULTURA E INOVAÇÃO NA ECONOMIA DO MAR

Projeto: Desenvolvimento de tecnologia e fortalecimento da cadeia produtiva da maricultura na comunidade tradicional da RESEX-Mar de Arraial do Cabo

Organização apoiada: ONG Lagos em Ação, em parceria com Devolverde e Alma Colorida

Território: Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo, Arraial do Cabo (RJ)

Ecossistema: Zona costeira e marinha

Na Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo, pesca artesanal e maricultura estão diretamente ligadas à biodiversidade marinha e ao fenômeno da ressurgência, que sustenta ecossistemas de alta produtividade. Ao mesmo tempo, o território enfrenta pressões do turismo, da urbanização, da pesca industrial e das mudanças climáticas, que vêm alterando a temperatura da água e os padrões dos quais dependem essas atividades.

> *A **Lagos em Ação** já operava uma fazenda marinha na Praia do Forno, com cultivo de ostras, mexilhões, vieiras e peixes, além de manter articulações com universidades, instituições públicas, pescadoras/es e grupos de mulheres ligados à pesca, aquicultura e artesanato. A partir dessa base, o projeto apoiado pela **Teia** buscou explorar um novo elo da cadeia: o potencial das algas nativas associadas à maricultura.*



Isabel Portugal e Ellen Oliveira coletam algas que serão transformadas em tinturas e alimentos. | Foto: Attilio Zolin

A proposta inicial previa identificar espécies, testar sistemas de cultivo de macroalgas e desenvolver novas aplicações e produtos. Durante a execução, porém, as tentativas de cultivo específico encontraram limitações técnicas e financeiras. Em vez de insistir em um modelo pouco viável, o projeto foi **reorientado a partir dos aprendizados de campo:** algas que já cresciam espontaneamente nas estruturas de cultivo de moluscos passaram a ser aproveitadas como biomassa para pesquisa e experimentação.

Como explica Ellen Oliveira, coordenadora de campo e educadora ambiental:

> *"A gente poder reaproveitar esse recurso que já cresce nessas estruturas, que a princípio não tinha uma finalidade definida, é uma forma da gente gerar novos produtos."*

Essa mudança aproximou diferentes competências. A experiência em maricultura da Lagos em Ação foi articulada ao conhecimento técnico sobre algas da Devolverde e à pesquisa com cores botânicas da Alma Colorida. O projeto identificou **mais de dez espécies de algas nativas e testou aplicações em tintas botânicas, tingimento têxtil, papelaria, etiquetas sustentáveis, ecobags e peças decorativas,** além de usos gastronômicos associados à maricultura. As embalagens sustentáveis chegaram à etapa de testes, mas ainda não estavam sendo comercializadas. O projeto também fortaleceu articulações entre maricultores, artesãs, pesquisadores e instituições científicas. A iniciativa incluiu uma imersão educativa e criativa com mulheres artesãs e uma oficina de tintas botânicas que reuniu 30 participantes.



Foto: Elder Miranda Jr.

Tinturas feitas com algas e outros extratos naturais.



Foto: Attilio Zolin

Oficina de pintura com tinturas naturais feitas com algas marinhas.

No período de execução, a organização também registrou R$ 45 mil em vendas diretas de produtos da maricultura, R$ 15 mil em visitação à fazenda marinha, R$ 8 mil em produtos feitos com insumos da fazenda e R$ 1 mil em produtos gastronômicos. Esses valores correspondem às receitas próprias registradas no período, sem atribuição exclusiva ao apoio da Teia.

O principal resultado, portanto, não está apenas nos produtos desenvolvidos, mas na capacidade de **transformar um resultado não previsto em oportunidade de inovação.** Uma biomassa que antes surgia espontaneamente nas estruturas de cultivo, sem finalidade definida, passou a conectar maricultura, pesquisa, artesanato e novas possibilidades de geração de valor.

> *O projeto destaca uma dimensão importante da Teia: apoiar iniciativas territoriais também significa oferecer condições para* ***experimentar, aprender e adaptar o projeto durante sua execução.***

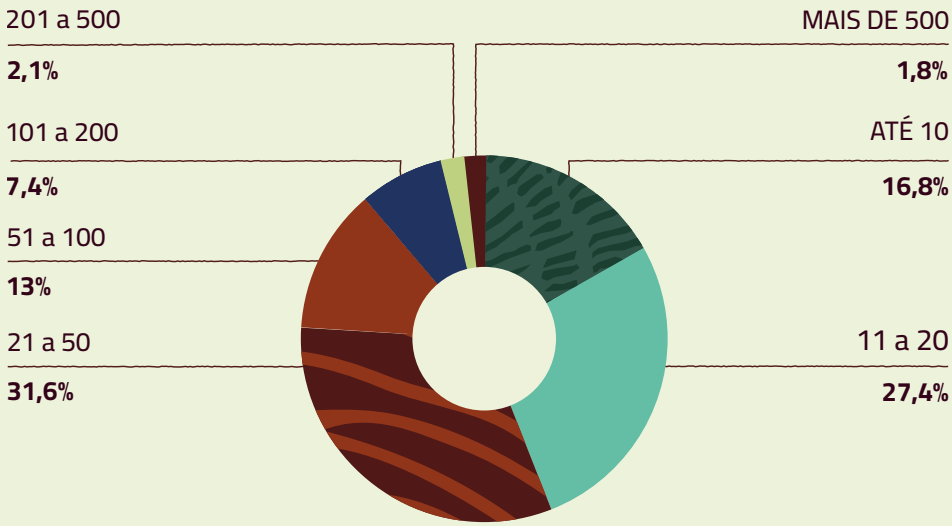
Em Arraial do Cabo, essa flexibilidade permitiu ampliar a própria cadeia da maricultura e revelar novos usos para a biodiversidade marinha a partir de conhecimentos e oportunidades identificados no território.

Os campos mostram que a Teia apoia uma ***sociobioeconomia diversa e territorializada****, composta por práticas que combinam* ***produção, conservação, renda, segurança alimentar, cultura e permanência nos territórios.***

Essa diversidade reúne tanto em diferentes formas de produzir, cuidar, circular e gerar renda a partir da sociobiodiversidade quanto nas escalas em que os negócios comunitários operam.

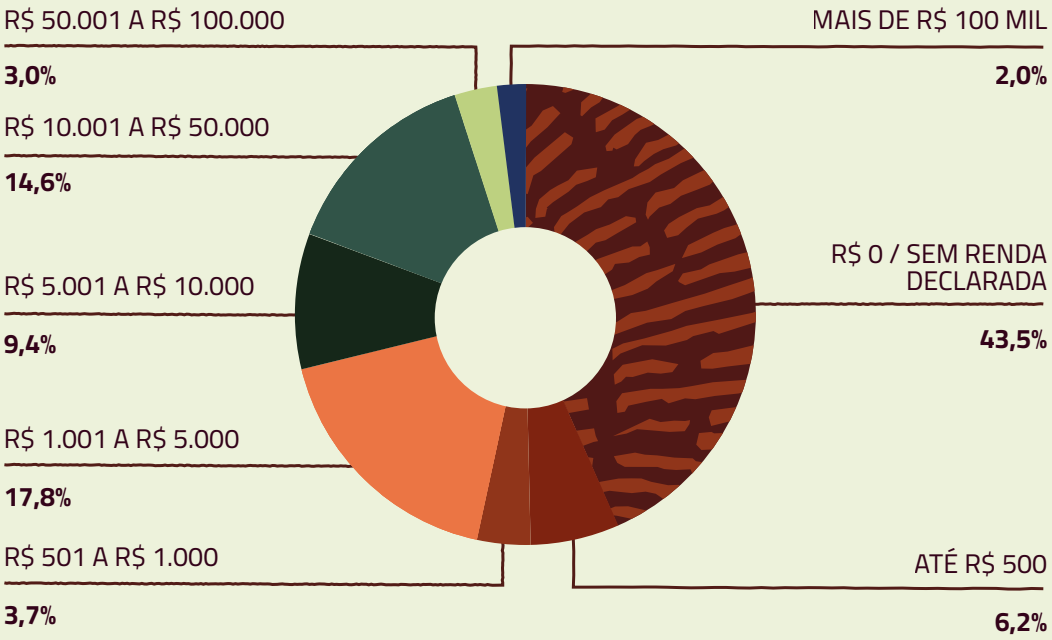
Os negócios da sociobiodiversidade funcionam, em sua maioria, em escala comunitária: 75,8% (216 projetos) envolvem até 50 participantes. A faixa mais frequente é de 21 a 50 pessoas, com 31,6% (90 projetos), seguida por 11 a 20 participantes, com 27,4% (78 projetos), e por negócios com até 10 pessoas, que representam 16,8% (48 projetos). Entre as iniciativas de maior escala, 13,0% (37 projetos) envolvem de 51 a 100 participantes; 7,4% (21 projetos), de 101 a 200; 2,1% (6 projetos), de 201 a 500; e 1,8% (5 projetos) reúnem mais de 500 pessoas. O gráfico abaixo considera os 285 projetos que informaram o número de participantes envolvidos no negócio.

Gráfico 11: Participantes por negócio da sociobiodiversidade



A receita mensal declarada concentra-se nas faixas mais baixas: 43,5% (176 projetos) informam rendimento de R$ 0 ou não declararam renda; 6,2% (25 projetos) informam rendimento de até R$ 500 por mês; 3,7% (15 projetos), entre R$ 501 e R$ 1 mil; 17,8% (72 projetos), entre R$ 1.001 e R$ 5 mil; 9,4% (38 projetos), entre R$ 5.001 e R$ 10 mil; 14,6% (59 projetos), entre R$ 10.001 e R$ 50 mil; 3,0% (12 projetos), entre R$ 50.001 e R$ 100 mil; e 2,0% (8 projetos) registram rendimento mensal superior a R$ 100 mil.

Gráfico 12: Receita mensal declarada dos negócios da sociobiodiversidade



Os dados revelam, assim, iniciativas em diferentes estágios de estruturação econômica, com forte presença de negócios comunitários de menor escala e um grupo mais restrito que já opera com receitas mais elevadas.



Foto: Attilio Zolin

Projeto: Feira Jovem: protagonismo juvenil na promoção da agroecologia e produtos da sociobiodiversidade | Organização: Associação dos Agricultores do Condomínio Rural São Domingos, em articulação com cooperativas, organizações e grupos da Rede Ecovida de Agroecologia | Território: Tapejara, Erechim e região do Alto Uruguai (RS).

4.4 Como o apoio direto busca estruturar economias em curso

DO USO DO RECURSO À ESTRUTURAÇÃO DE CAPACIDADES

A distribuição dos projetos mostra que os grupos locais buscaram recursos, sobretudo, para fortalecer a base produtiva e criar condições para estruturar e comercializar seus negócios.[32] A maior parte das iniciativas concentra-se na estruturação de negócios da sociobiodiversidade — que reúne a produção agroecológica e os SAFs, com 45,2% (183 projetos), a infraestrutura dos negócios, com 19,5% (79 projetos), e a comercialização de produtos comunitários, com 15,6% (63 projetos). As demais voltam-se a soluções baseadas na natureza, distribuídas entre conservação da biodiversidade e modos de vida, com 6,9% (28 projetos), sustentabilidade socioambiental das comunidades, com 6,7% (27 projetos), restauração e manejo sustentável, com 4,2% (17 projetos), adaptação e resiliência climática, com 1,2% (5 projetos), e água e saneamento dos territórios, com 0,7% (3 projetos).

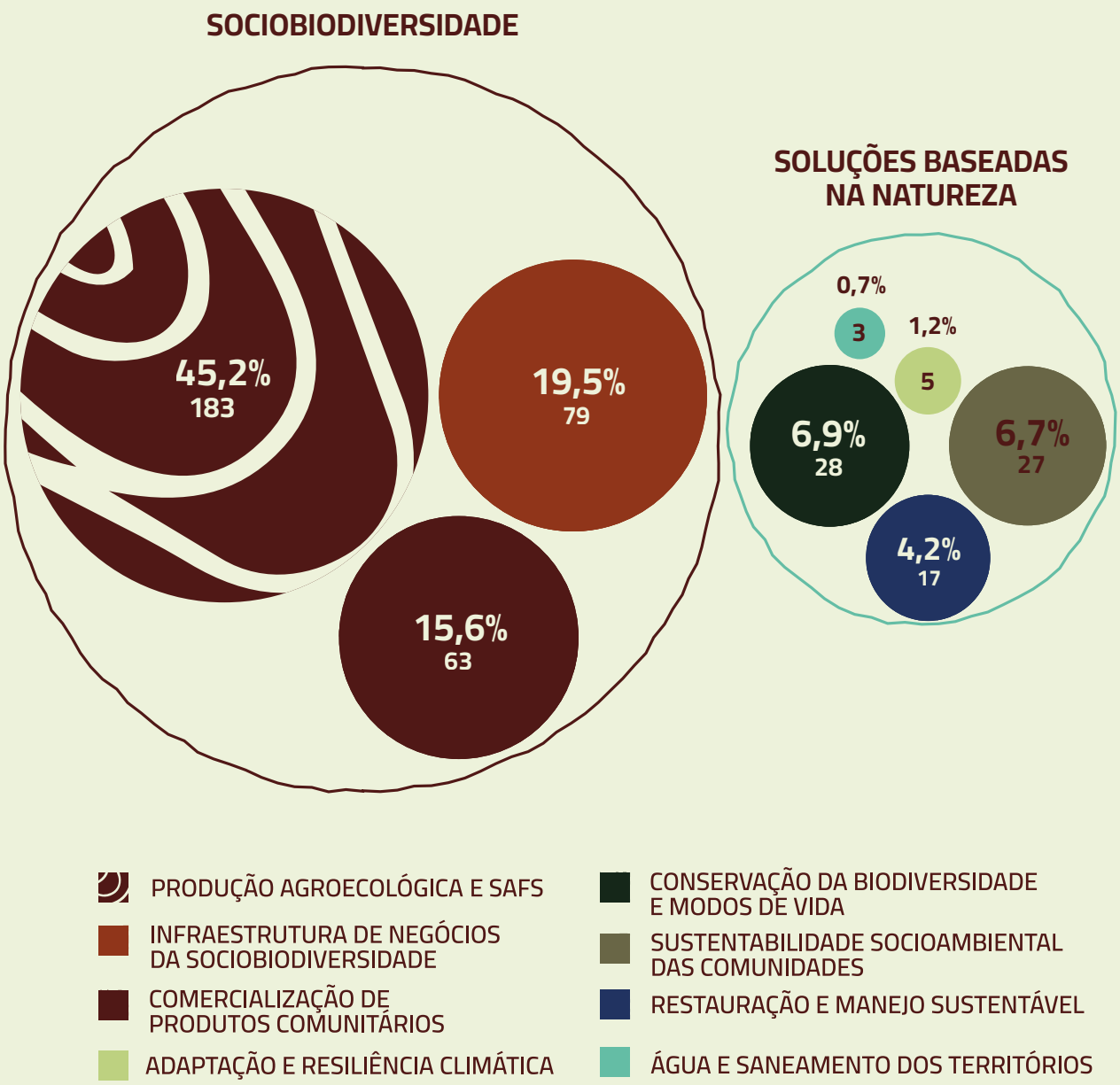
Agrupadas, essas frentes revelam a orientação do portfólio: 80,2% dos projetos (325) se voltam à estruturação de negócios da sociobiodiversidade — da produção agroecológica à comercialização — e 19,8% (80) a soluções baseadas na natureza, ligadas à conservação, à restauração e ao cuidado com os territórios. A demanda por recursos, portanto, se concentra nas condições necessárias para que os negócios comunitários se estruturem e cheguem aos mercados, sem deixar de contemplar iniciativas voltadas à base ecológica que sustenta essas economias.

Gráfico 13: Distribuição dos projetos por eixo temático



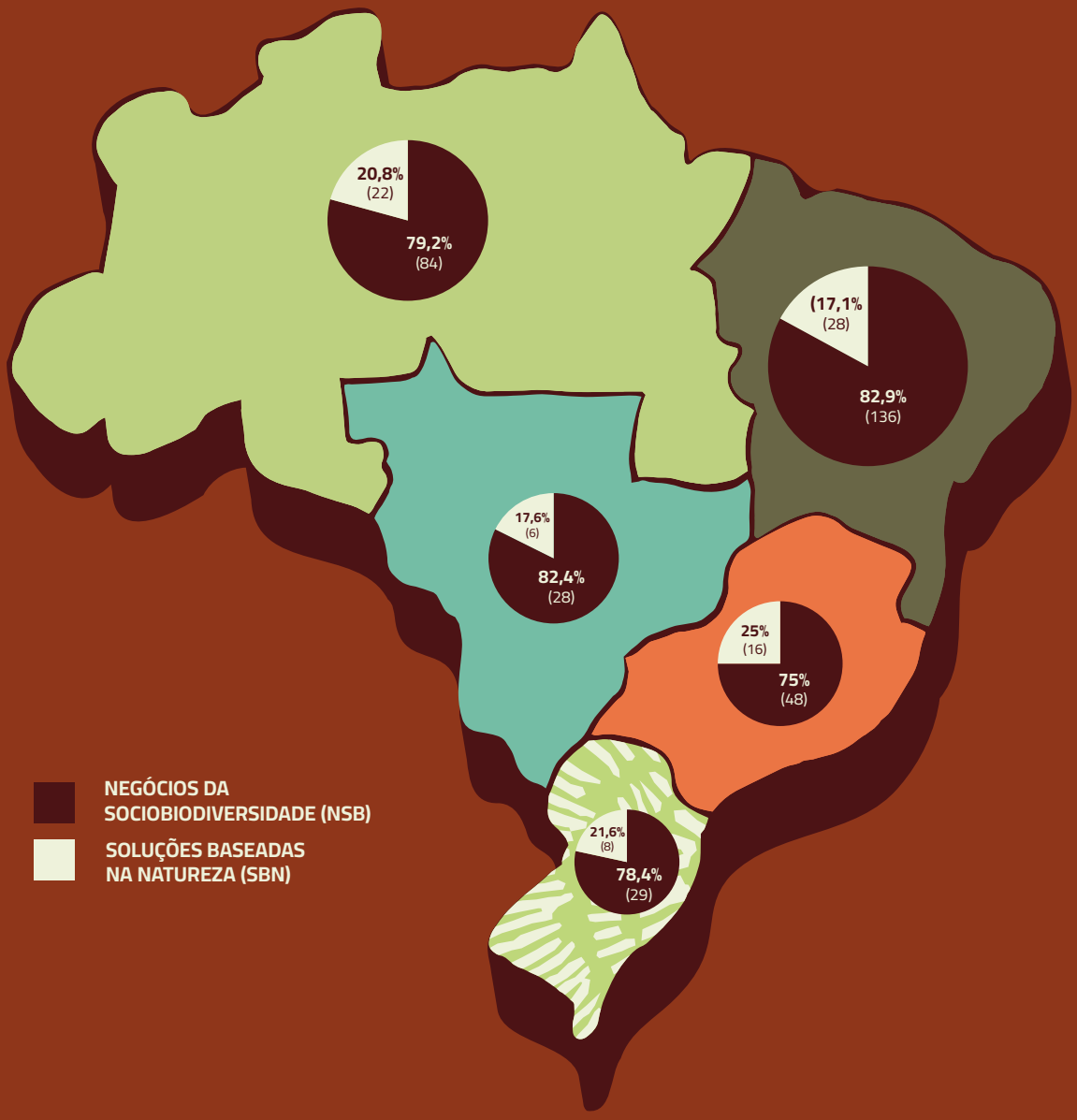
[32] No momento da inscrição, cada organização pode selecionar apenas uma das categorias temáticas previstas na respectiva chamada. As opções variaram entre as duas chamadas: algumas categorias foram mantidas e outras foram específicas de cada edição. O gráfico reúne essas escolhas para os 405 projetos do portfólio, contabilizando cada projeto uma única vez. Assim, os dados representam o enquadramento declarado pelas organizações, embora suas atividades possam dialogar com outras frentes.

Gráficos 14 e 15: Projetos por eixo temático — estruturação de Negócios da Sociobiodiversidade e Projetos por eixo temático — Soluções Baseadas na Natureza



Essa orientação também se distribui de forma distinta pelo território. O mapa a seguir apresenta as frentes de apoio por região, evidenciando o peso da estruturação de negócios em relação às soluções baseadas na natureza em cada uma delas.

Mapa 4: Projetos por linha de apoio e região



Em todas as regiões, a estruturação de negócios da sociobiodiversidade é a frente predominante, sempre acima de três quartos dos projetos. A participação das soluções baseadas na natureza, ainda que minoritária, situa-se em patamar semelhante entre as regiões — de 17,1% no Nordeste a 25% no Sudeste. O padrão territorial reforça, assim, que a demanda por estruturação produtiva é transversal ao país, presente de forma consistente em todas as regiões.

COMPRAS PÚBLICAS COMO POLÍTICA ESTRUTURANTE

O acesso a compras públicas ajuda a dimensionar as condições necessárias para fortalecer essas economias. No portfólio da Teia, 63,2% dos projetos (256) declararam já acessar o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) ou o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), enquanto 36,8% (149 projetos) declararam ainda não acessar. **Entre os que não acessam, 90,5% (134 projetos) indicaram intenção de acessar esses programas.**

Gráfico 16: Projetos por acesso ao PNAE e/ou ao PAA (%)

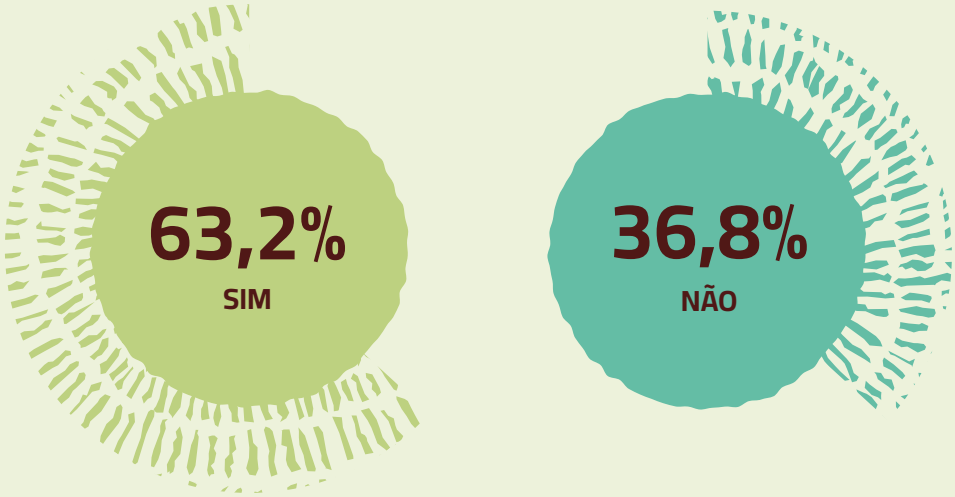
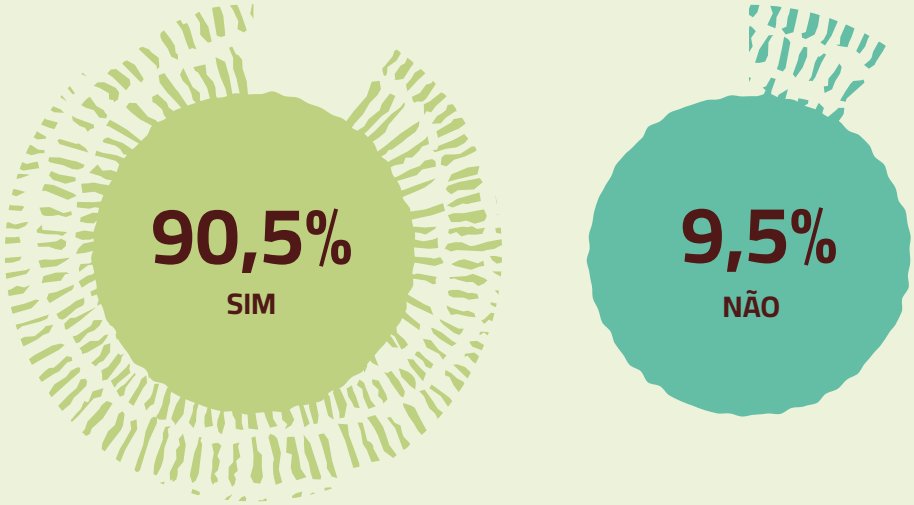


Gráfico 17: Intenção de acessar o PNAE e/ou o PAA entre os projetos que ainda não acessam (%)



Mais do que canais de venda, o PNAE e o PAA são políticas públicas estruturantes: conectam a produção comunitária à geração de renda e à segurança alimentar dos próprios territórios, abastecendo escolas e circuitos locais de alimentação. **Os dados indicam que esses programas já integram as estratégias de muitas iniciativas apoiadas, e que acessá-los exige capacidades como documentação, regularização, gestão, logística e habilitação**. O desafio, portanto, não é apenas produzir, mas reunir as condições práticas para acessar essas políticas. É sobre essas condições — documentação, regularização, gestão, logística e habilitação — que o financiamento direto pode incidir, conforme detalhado na última seção.

UMA LEITURA COMPLEMENTAR SOBRE AS TRAJETÓRIAS DE ESTRUTURAÇÃO ECONÔMICA DAS INICIATIVAS APOIADAS

Um estudo complementar[33] organizou as iniciativas em seis níveis de desenvolvimento econômico: organização comunitária, fortalecimento institucional, estruturação produtiva, comercialização, negócio comunitário e acesso a crédito e investimento.

[33] MELLO & SILVA CONSULTORIA EM MEIO AMBIENTE LTDA (Fabio Deboni da Silva). A Teia como caminho para o desenvolvimento econômico dos territórios. Estudo elaborado para o Fundo Casa Socioambiental, 2026.

Figura 11: Distribuição dos níveis de desenvolvimento econômico das iniciativas apoiadas pela Teia



Segundo essa análise, 5,9% dos projetos foram classificados no nível de organização comunitária; 6,9%, no fortalecimento institucional; 80,9%, na estruturação produtiva; 3,2%, na comercialização; e 3,0%, em negócio comunitário. Não foram identificados projetos classificados no nível de acesso a crédito e investimento.

O dado mais expressivo é a concentração de 80,9% das iniciativas no nível de estruturação produtiva. A leitura proposta pelo estudo é que a maior parte das organizações já ultrapassou as etapas mais iniciais de organização comunitária e fortalecimento institucional e se encontra no momento de estruturar suas atividades produtivas e transformar capacidade organizacional em geração recorrente de receita.

Essa leitura deve ser considerada junto ao acesso já existente das iniciativas aos mercados institucionais, apresentado anteriormente. O estudo destaca que o desenvolvimento econômico não acontece necessariamente de maneira linear: uma organização pode ainda estar estruturando sua gestão, produção, logística ou capacidade financeira e, simultaneamente, já comercializar seus produtos. Nesse sentido, acessar mercado não significa automaticamente possuir um negócio consolidado.

A diferença entre a presença expressiva de iniciativas em estruturação produtiva e a proporção menor de projetos classificados nos níveis de comercialização e negócio comunitário indica que o desafio estratégico está no meio do caminho. A principal oportunidade não seria apenas ampliar o número de organizações que começam atividades produtivas, mas criar condições para acelerar a passagem entre estruturação produtiva, comercialização recorrente e consolidação dos negócios comunitários.

É nesse intervalo que o estudo localiza desafios relacionados à gestão administrativa e financeira, ao planejamento da produção, ao beneficiamento, à regularização sanitária, às certificações, à logística, à formação de preços, à comercialização, ao capital de giro, à assistência técnica e ao acesso a crédito e investimento. Esses elementos ajudam a qualificar os gargalos e os caminhos propostos pelas próprias organizações, apresentados a seguir.

GARGALOS DECLARADOS E CAMINHOS PROPOSTOS PELAS ORGANIZAÇÕES

Os desafios declarados pelas organizações ajudam a compreender por que **os usos do apoio direto concentram-se em necessidades práticas de estruturação**. Muitas iniciativas mencionam práticas produtivas, circulação em feiras, estratégias de comercialização, beneficiamento, organização coletiva ou manejo territorial, mas também indicam limitações materiais, institucionais, técnicas, comerciais e organizativas para se consolidar.

O quadro a seguir organiza gargalos e caminhos possíveis como uma leitura qualitativa das capacidades que as próprias organizações buscam fortalecer. A classificação foi elaborada a partir dos desafios apresentados nas propostas e das medidas previstas pelas próprias organizações, reunindo gargalos operacionais — como infraestrutura, logística, gestão, regularização, formação e comercialização — e pressões territoriais e ambientais mais amplas.[34]

[34] Os gargalos e os caminhos apresentados foram sistematizados a partir das respostas abertas das organizações sobre desafios e medidas previstas nos projetos. A análise identifica recorrências e relações explicitamente declaradas, sem avaliar implementação, suficiência ou resultados. Quando não havia correspondência clara entre gargalo e medida, a relação não foi inferida.



Foto: Thiago Foresti

Projeto: Feira Jovem: protagonismo juvenil na promoção da agroecologia e produtos da sociobiodiversidade | Organização: Associação dos Agricultores do Condomínio Rural São Domingos, em articulação com cooperativas, organizações e grupos da Rede Ecovida de Agroecologia | Território: Tapejara, Erechim e região do Alto Uruguai (RS).

Quadro 1: Síntese dos gargalos declarados e dos caminhos propostos pelas organizações nos projetos apresentados à Teia

ÁREA	GARGALOS DECLARADOS PELAS ORGANIZAÇÕES	CAMINHOS PROPOSTOS PELAS ORGANIZAÇÕES
Comercialização, mercados, comunicação e valorização	Dificuldade de acessar canais estáveis de venda, dependência de intermediários, pouca divulgação, baixa visibilidade dos produtos e limitações para definir preços e alcançar novos mercados.	Realização de feiras e vendas diretas; elaboração de planos de comunicação e marketing; uso de redes sociais, catálogos e identidade visual; articulação com compradores, cooperativas, mercados institucionais e pontos de venda.
Infraestrutura produtiva, equipamentos e beneficiamento	Espaços produtivos inadequados ou incompletos, equipamentos insuficientes ou obsoletos e baixa capacidade de processar, conservar, armazenar e padronizar os produtos.	Aquisição e adequação de equipamentos; construção, reforma ou estruturação de cozinhas, agroindústrias, casas de farinha e unidades de beneficiamento; instalação de estruturas de armazenamento, irrigação e energia.
Assistência técnica, formação e conhecimentos	Falta ou descontinuidade de apoio técnico e necessidade de qualificação em produção, gestão, comercialização, regularização sanitária e manejo ambiental.	Oficinas, cursos e treinamentos práticos; acompanhamento técnico; contratação de especialistas; intercâmbios e parcerias com universidades, serviços de assistência técnica, órgãos públicos e organizações especializadas.
Território, clima e pressões ambientais	Secas, chuvas intensas, escassez de água, queimadas, degradação ambiental, perda de recursos naturais, conflitos e pressões sobre os territórios e modos de vida.	Manejo e armazenamento de água; instalação de cisternas e sistemas de irrigação; diversificação produtiva; sistemas agroecológicos; recuperação ambiental; prevenção de incêndios; ajuste dos calendários e articulação para proteção territorial.
Logística, transporte, armazenamento e conectividade	Longas distâncias, estradas e rotas fluviais precárias, ausência de transporte próprio, fretes elevados, dificuldades de escoamento e baixa conectividade.	Planejamento de rotas e calendários; transporte comunitário ou compartilhado; aquisição ou articulação de veículos e embarcações; melhoria do armazenamento; parcerias logísticas e uso combinado de estratégias presenciais e digitais de comunicação.
Financiamento, capital de giro e acesso a insumos	Falta de recursos para investimentos e custeio, dificuldade de acesso a crédito, aumento de custos e limitações para adquirir insumos, equipamentos e serviços.	Mobilização de recursos; negociação com fornecedores; compras coletivas; busca de parcerias e novas fontes de financiamento; fundos rotativos e ajustes no planejamento financeiro.
Gestão, organização coletiva e participação	Dificuldades na gestão administrativa e financeira, no planejamento da produção, na divisão de responsabilidades, na mobilização comunitária e na participação de mulheres e jovens.	Capacitações em gestão, planejamento e controle de custos; criação de comitês e espaços de acompanhamento; reuniões para divisão de tarefas; gestão participativa; fortalecimento associativo e ações de mobilização comunitária.
Regularização, burocracia e políticas públicas	Dificuldades de licenciamento, certificação e regularização sanitária, ambiental ou fundiária, além de exigências documentais, burocracia e descontinuidade de políticas e serviços públicos.	Articulação com órgãos públicos e entidades técnicas; apoio jurídico e documental; obtenção de registros, licenças, selos e certificações; adequação dos espaços às normas e busca de acesso a programas e políticas públicas.

As respostas mostram que as dificuldades não se limitam à produção. **Para que os produtos circulem e gerem renda, as organizações precisam combinar infraestrutura, conhecimento técnico, gestão, transporte, comunicação, regularização e acesso a mercados**. Isso reforça que a sociobioeconomia comunitária depende de um conjunto de condições conectadas. Os caminhos propostos mostram que as organizações não apenas identificam os problemas, mas apresentam ações concretas, como adquirir equipamentos, organizar feiras, melhorar a gestão, buscar assistência técnica, fortalecer parcerias e articular políticas públicas.

Ao mesmo tempo, parte dos gargalos ultrapassa o alcance de um projeto. Questões como precariedade da infraestrutura pública, conflitos territoriais, mudanças climáticas, regularização fundiária e descontinuidade de políticas exigem respostas de maior articulação entre diferentes atores. Nesses casos, o apoio direto pode fortalecer capacidades e enfrentar partes do problema.

PRESSÕES TERRITORIAIS, CONFLITOS E VULNERABILIDADES AMBIENTAIS COMO CAMADA TRANSVERSAL

Além dos gargalos produtivos, comerciais, institucionais e organizativos, as respostas revelam uma **camada transversal de pressões territoriais, conflitos e vulnerabilidades socioambientais**. Relatos sobre conflitos fundiários, invasões, avanço do agronegócio, garimpo, contaminação por agrotóxicos, ameaças a lideranças e tensões internas indicam que **muitas iniciativas da sociobiodiversidade se desenvolvem em contextos de disputa pelo território, pelos recursos naturais e pelas condições de permanência das comunidades**.

Essas pressões representam uma ameaça direta às comunidades porque afetam a base material, social e política que sustenta seus modos de vida. Quando há insegurança fundiária, invasões ou degradação ambiental, as comunidades perdem acesso a áreas de plantio, coleta, pesca, manejo, circulação e uso tradicional. Quando há contaminação por agrotóxicos, desmatamento, garimpo ou pressão sobre águas e florestas, não se trata apenas de dano ambiental: trata-se da **perda das condições que tornam possível produzir alimentos, manejar recursos, transmitir conhecimentos e manter práticas econômicas enraizadas no território.**

Por isso, esses fatores não devem ser lidos como gargalos operacionais equivalentes aos demais. Eles funcionam como **condicionantes territoriais e políticos que limitam a capacidade das economias da sociobiodiversidade de se consolidarem**. Equipamentos, formação, gestão e acesso a mercados são importantes, mas têm alcance limitado quando as comunidades enfrentam ameaças à sua permanência, à integridade dos ecossistemas e à segurança de suas lideranças.

A estruturação econômica comunitária depende também de condições mínimas de segurança territorial, proteção ambiental e fortalecimento da organização coletiva. A economia que emerge desses territórios não está separada da defesa da terra, da água, da floresta e dos modos de vida. Ao contrário, sua continuidade depende da possibilidade de as comunidades permanecerem em seus territórios, acessarem seus recursos de forma segura e exercerem autonomia sobre suas formas de produzir, manejar, conservar e viver.



Foto: Thiago Foresti

Cacique Josué Kambiwá, conhecido como Zuca, importante liderança de seu povo.

APOIO COMPLEMENTAR A POLÍTICAS PÚBLICAS

Os gargalos identificados não aparecem de forma isolada. Sem infraestrutura e equipamentos, o beneficiamento tende a ficar limitado. Sem beneficiamento, parte da produção pode perder valor, durabilidade ou capacidade de acessar melhores canais de venda. Sem logística, a circulação em feiras, mercados locais e canais institucionais se torna mais instável. Sem documentação, habilitação e regularização, o acesso a determinados mercados ou políticas públicas pode permanecer fora do alcance de organizações que já produzem ou desejam comercializar.

Essa leitura reforça o papel específico do financiamento direto. **A Teia não substitui políticas públicas, crédito, assistência técnica, regularização territorial ou mercados institucionais**. Ela atua no **intervalo entre a existência desses instrumentos e as condições concretas para que organizações comunitárias consigam acessá-los**. Ao apoiar equipamentos, beneficiamento, formação, gestão, comunicação, circulação e comercialização, **o financiamento direto pode incidir sobre elos práticos que condicionam a estruturação das economias comunitárias.**

O ponto central está em fortalecer as condições materiais, técnicas, organizativas e institucionais para que essas economias possam produzir, beneficiar, armazenar, circular, regularizar, comunicar, vender e se organizar em melhores condições. Esse é o elo que conecta o apoio direto à agenda mais ampla de fortalecimento da sociobioeconomia comunitária.

5. Principais mensagens que a Teia revela sobre a sociobioeconomia comunitária

A análise do portfólio torna visível uma sociobioeconomia comunitária territorial, conduzida por organizações locais e estruturada em torno de práticas produtivas, conservação da biodiversidade, segurança alimentar, geração de renda e permanência nos territórios. Dessa leitura, destacam-se **sete mensagens-chave** extraídas da experiência da Teia.

1. **A demanda dos territórios por apoio direto supera a capacidade atual de financiamento.** As duas chamadas da Teia receberam 3.860 propostas e apoiaram 405 projetos, cerca de uma em cada dez. As milhares que ficaram de fora não expressam falta de iniciativa, e sim de recurso: são organizações mobilizadas, com propostas formuladas e práticas em curso, à espera de financiamento. A procura existe e está organizada nos territórios; o que falta é ampliar o apoio direto na escala que ela já demonstrou.

2. **O apoio chega direto a quem é do próprio território.** Em 90,1% dos projetos, a organização que recebe o recurso pertence ao território onde atua, e a grande maioria se desenvolve em ambiente rural, ligada aos modos de vida do campo, das águas e das florestas. São as próprias associações, cooperativas e coletivos locais que formulam a proposta, executam e respondem por ela. Esse enraizamento é o diferencial do apoio direto: o recurso chega a quem conhece o território por dentro e permanece nele muito além do projeto. É o que separa investir diretamente nas economias dos territórios de financiá-las à distância, por estruturas que nem sempre alcançam as comunidades e respeitam sua autonomia.

3. **A sociobioeconomia comunitária já está em curso em todo o território brasileiro.** A sociobioeconomia comunitária não é promessa nem conceito: é prática. Ela toma muitas formas, da produção agroecológica ao extrativismo, do beneficiamento aos SAFs, do artesanato à apicultura, do turismo de base comunitária à pesca e às plantas medicinais, conduzidas por organizações comunitárias em todos os biomas do país. Sua circulação vai além do mercado: inclui o autoconsumo, as feiras, as redes comunitárias e as compras públicas, organizadas pela lógica dos próprios territórios. O portfólio revela uma economia real, de base produtiva, social e territorial já constituída. É a partir dessa base que qualquer investimento nos territórios pode avançar.

4. **O desafio é fortalecer capacidades e melhorar condições para as existentes sociobioeconomias comunitárias.** As organizações apoiadas pela Teia já produzem, manejam e vendem, mas esbarram nas condições necessárias para sustentar e ampliar essas atividades: infraestrutura, beneficiamento, logística, regularização, gestão e acesso a mercados. É nessa passagem, entre a produção que já existe e o mercado que ela poderia alcançar, que essas economias deixam de avançar. É uma etapa que os instrumentos convencionais de financiamento nem sempre conseguem alcançar. O apoio direto atua justamente sobre ela: mais do que financiar uma atividade pontual, fortalece as capacidades que permitem agregar valor, vender e acessar mercados em melhores condições.

5. **As prioridades da sociobioeconomia comunitária já são conhecidas pelos próprios territórios.** Quando organizações comunitárias acessam recursos e definem suas próprias prioridades, tornam explícito o que importa em cada território: o que precisa de apoio, onde e por quê. E essa resposta muda conforme o bioma, o grupo comunitário e a forma de organização local. É uma informação que dificilmente se capta à distância, e que o apoio direto traz à tona. Formulada na origem, ela é um ativo estratégico: aproxima quem financia das prioridades reais dos territórios e reduz o risco de desenhar instrumentos desalinhados de quem deveria acessá-los. Para o investimento de impacto, é um mapa de prioridades validado pelos próprios territórios.

6. **Quem sustenta a sociobioeconomia comunitária também conserva a biodiversidade.** As economias apoiadas pela Teia dependem de ecossistemas em funcionamento, e é o manejo comunitário que ajuda a mantê-los assim. Extrativismo, SAFs, restauração e uso sustentável dos recursos são, ao mesmo tempo, formas de produzir e de conservar. Quem realiza esse manejo são as próprias organizações, que ao cuidar do território de que sua economia depende, conservam a biodiversidade. Nesse manejo, produzir significa conservar. Mais de dois terços do portfólio (68,1%) concentram-se na Amazônia, na Mata Atlântica e no Cerrado, biomas decisivos para a biodiversidade e o clima, sendo os dois últimos reconhecidos como *hotspots* globais de biodiversidade. Outros 11,1% dos projetos atuam em áreas de transição entre biomas, onde as pressões territoriais se sobrepõem. Apoiar diretamente a sociobioeconomia comunitária é sustentar quem conserva a biodiversidade enquanto produz.

7. **Fortalecer a sociobioeconomia abre acesso a políticas públicas estruturantes e prepara caminho para novos mercados.** O acesso a compras públicas através do PNAE e o PAA conectam a produção comunitária a mercados institucionais e às agendas territoriais de segurança alimentar. O portfólio mostra que esse canal já é usado: 63,2% dos projetos acessam esses programas e, entre os que ainda não acessam, 90,5% pretendem fazê-lo. Acessá-los exige capacidades de regularização, documentação, gestão e logística. Esse acesso pode ser uma etapa de preparação para novos mercados. O apoio catalítico incide justamente sobre essa etapa de estruturação, aproximando as organizações das políticas de alimentação e ampliando suas condições de acessar diferentes mercados.

Em conjunto, essas mensagens desenham uma sociobioeconomia comunitária que pode ser fortalecida, não somente através da ampliação de investimento, mas garantindo que ele se dê pela via do financiamento direto às comunidades que sustentam as economias já em curso nos seus territórios.

6. Implicações para o financiamento da sociobioeconomia comunitária

A análise do portfólio mostra que a sociobioeconomia comunitária já está presente e ativa nos territórios, mas ainda não dispõe, na escala necessária, das condições financeiras, institucionais e comerciais para se consolidar. O principal desafio é fortalecer sua base: assegurar continuidade às organizações comunitárias, ampliar sua capacidade de beneficiamento e comercialização, facilitar o acesso a políticas públicas e mercados e aumentar a renda gerada nos territórios — sem romper o vínculo com os modos de vida, as relações comunitárias e os sistemas de manejo que sustentam a sociobiodiversidade.

O diferencial da Teia está na forma como os recursos chegam aos territórios. Em 90% dos projetos, a organização apoiada pertence ao próprio território onde atua. Ao mesmo tempo, a iniciativa combina abrangência nacional com proximidade local. Essa capilaridade permite financiar diretamente quem constrói a sociobioeconomia no cotidiano, inclusive coletivos e organizações que ainda não conseguem acessar crédito, compras públicas ou mercados convencionais devido à baixa formalização, à ausência de garantias, à limitada capacidade administrativa ou à distância dos centros de decisão.

Para outros financiadores, essa infraestrutura territorial pode representar uma porta de entrada qualificada e estratégica. Por meio dela, é possível identificar organizações, direcionar recursos a cadeias e regiões específicas, alcançar territórios historicamente subfinanciados e reduzir os custos e riscos associados à execução descentralizada. **Ampliar o apoio direto por meio da Teia significa, portanto, não apenas aumentar o volume de recursos, mas fortalecer uma arquitetura de financiamento capaz de alcançar organizações que permanecem fora dos instrumentos tradicionais.**

A expansão desse modelo deve priorizar **recursos flexíveis, plurianuais e acessíveis a organizações com diferentes níveis de formalização.** O financiamento precisa cobrir tanto as atividades produtivas quanto os custos que tornam essas atividades possíveis. Também deve respeitar os calendários produtivos, os processos decisórios coletivos e os tempos próprios dos territórios. Formação e assistência técnica devem acompanhar os recursos, mas não podem ser tratadas como substitutas do investimento direto. Quando oferecido de forma continuada, esse conjunto cria condições para que as organizações acessem políticas públicas, negociem em melhores condições e reduzam gradualmente sua dependência de apoios pontuais.

As recomendações, a seguir, indicam como diferentes atores do financiamento podem contribuir de maneira complementar, mobilizando os instrumentos mais adequados às suas atribuições e aos diferentes estágios de desenvolvimento das organizações comunitárias.

FILANTROPIA E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

Sua principal contribuição está em financiar etapas, organizações e custos que os instrumentos públicos e comerciais normalmente não alcançam. Esses recursos são especialmente adequados ao estágio em que se encontra grande parte das organizações comunitárias, ainda com pouca formalização e em processo de construção das capacidades necessárias para acessar políticas públicas, crédito e mercados.

Recomenda-se que esses atores:

- **Financiem a estruturação das organizações** por meio de apoio direto, flexível e plurianual, com processos simplificados de seleção e prestação de contas e cobertura de custos de gestão, governança, equipes, comunicação e infraestrutura;
- **Apoiem a regularização jurídica, fiscal, ambiental e sanitária**, considerando as exigências para o acesso ao PNAE, ao PAA, a outros programas públicos e aos mercados privados;
- **Financiem assistência técnica territorializada e continuada**, definida com as organizações apoiadas e disponível durante todo o ciclo produtivo e comercial, da elaboração do projeto à prestação de contas e à comercialização;
- **Testem novos modelos e assumam riscos iniciais**, apoiando organizações pouco formalizadas, soluções inovadoras e processos de fortalecimento institucional que ainda não atraem recursos públicos ou comerciais;
- **Priorizem territórios, povos e cadeias historicamente subfinanciados**, utilizando a capilaridade e o conhecimento territorial da Teia para identificar lacunas e orientar a alocação dos recursos.

O resultado esperado é ampliar a base de financiamento a organizações comunitárias preparadas para acessar políticas públicas, crédito e mercados, preservando sua autonomia e seus modelos próprios de organização.



BANCOS DE FOMENTO E INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS PÚBLICAS

Sua principal contribuição está em levar recursos em escala às cadeias da sociobioeconomia. Como seus instrumentos raramente são desenhados a partir das condições das organizações comunitárias, sua atuação deve priorizar a adaptação das linhas existentes e a construção de parcerias que aproximem o financiamento público dos territórios.

Recomenda-se que esses atores:

- **Adaptem as linhas existentes às condições das organizações comunitárias**, simplificando a documentação, reduzindo contrapartidas e adequando valores, garantias, períodos de carência e cronogramas de pagamento aos ciclos produtivos;
- **Articulem o crédito às políticas que estruturam a sociobioeconomia**, como o Pronaf, o PNAE, o PAA e a Política de Garantia de Preços Mínimos para os Produtos da Sociobiodiversidade, ampliando a previsibilidade da demanda e a proteção contra oscilações de preço;
- **Criem canais de atendimento e acompanhamento nos territórios**, em parceria com a Teia, organizações locais, redes comunitárias e agentes de assistência técnica, apoiando desde a preparação das propostas até a execução dos recursos;
- **Financiem os diferentes elos das cadeias**, contemplando, além da produção, o beneficiamento, a adequação sanitária, o armazenamento, o transporte, a embalagem, a rastreabilidade e a comercialização;
- **Estabeleçam metas de acesso e mecanismos de transparência**, monitorando os recursos efetivamente desembolsados para organizações comunitárias, povos indígenas, comunidades tradicionais, mulheres e juventudes e divulgando dados sobre demanda reprimida, recusas e gargalos operacionais.

A Teia pode contribuir para a identificação das organizações, a preparação das operações, o acompanhamento territorial, a execução de mecanismos de apoio direto e a geração de evidências para o aperfeiçoamento das linhas. Essa parceria, entretanto, não substitui a responsabilidade das instituições públicas de adequar seus procedimentos e assegurar o acesso efetivo aos recursos.



Foto: Thiago Foresti

Domingas Natália Moreira dos Santos Rosa é uma liderança do Quilombo Kalunga.



Foto: Thiago Foresti | Projeto: Desenvolvimento de tecnologia e fortalecimento da cadeia produtiva da maricultura na comunidade tradicional da RESEX-Mar de Arraial do Cabo | Organização: Lagos em Ação, em parceria com Devolverde e Alma Colorida Território: Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo, Arraial do Cabo (RJ).

INVESTIDORES DE IMPACTO

Sua principal contribuição está em oferecer capital paciente e apoiar a consolidação produtiva e comercial de organizações que já apresentam alguma capacidade de geração de receita, mas ainda enfrentam gargalos para ampliar sua atuação, obter previsibilidade financeira e negociar em melhores condições.

Recomenda-se que esses atores:

- **Ofereçam capital paciente e instrumentos de longo prazo**, com carência, remuneração e estratégias de saída compatíveis com os ciclos produtivos, as margens das cadeias e a capacidade ecológica dos territórios;
- **Financiem capital de giro para viabilizar contratos**, incluindo a compra de matéria-prima dos produtores, a formação de estoques e o cumprimento de encomendas, utilizando contratos de compra, recebíveis e demanda comprovada como mecanismos de redução de risco;
- **Invistam na superação de gargalos produtivos e comerciais**, apoiando beneficiamento, controle de qualidade, embalagem, logística, inteligência comercial e acesso a mercados;
- **Conectem as organizações a compradores comprometidos com relações comerciais justas e duradouras**, baseadas em volumes previsíveis, preços adequados e prazos de pagamento compatíveis com a realidade das comunidades;
- **Associem o investimento ao fortalecimento das organizações e a metas de impacto**, oferecendo apoio especializado definido com as comunidades e vinculando as condições do capital a resultados como renda comunitária, valor agregado no território, segurança alimentar, fortalecimento organizacional e conservação da sociobiodiversidade.

Um mecanismo de alto potencial consiste em financiar organizações que já possuem compradores ou contratos identificados, mas ainda não dispõem de capital de giro, logística ou capacidade de beneficiamento para atender à demanda. A combinação entre compromisso de compra, capital paciente e assistência técnica reduz o risco da operação e aumenta a previsibilidade de renda para as comunidades.

POR UMA AGENDA COORDENADA DE FINANCIAMENTO DA SOCIOBIOECONOMIA

O maior impacto será alcançado por meio de uma **atuação coordenada de financiamento da sociobioeconomia**, na qual cada ator contribua de acordo com seus instrumentos e sua capacidade.

Com sua capilaridade e abordagem territorial, a Teia pode contribuir de maneira relevante para articular essa trajetória, identificando organizações e demandas, conectando cada iniciativa ao instrumento mais adequado e apoiando sua preparação para o financiamento direto. O objetivo é assegurar que cada organização tenha acesso ao tipo de recurso compatível com seu estágio de desenvolvimento, sua cadeia produtiva e as prioridades de seu território, ampliando o valor e a renda que permanecem nas comunidades, bem como sua autonomia e seu poder de decisão sobre a sociobiodiversidade que protegem e manejam.



Foto: Elder Miranda Jr.
Irrigação em sistema agroflorestal na Cooperativa dos Agricultores e Agricultoras Familiares de Salvaterra (CAFAS).


fundo casa
SOCIOAMBIENTAL